



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

MEMORIAL DESCRITIVO: MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

UBERLÂNDIA / MG
2024



MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

MEMORIAL DESCRITIVO:

MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS

Memorial apresentado à Faculdade de Direito (FADIR) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para promoção da Classe de Professor Associado IV para a Classe de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior

UBERLÂNDIA / MG
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

N778m Nogueira, Marco Aurélio.
2023 Memorial Descritivo [recurso eletrônico] : memórias e trajetórias /
Marco Aurélio Nogueira. - 2023.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Direito.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7148>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Professores universitários. 2. Professores de direito - Universidade
Federal de Uberlândia. I. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade
de Direito. II. Título.

CDU: 378.124

Glória Aparecida
Bibliotecária Documentalista - CRB-6/2047

COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Cordeiro - Presidente

Profa. Dra. Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega


Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves

Prof. Dr. Guilherme Calmon Nogueira da Gama

Prof. Dr. Luiz Caetano do Salles
(Suplente)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos
(Suplente)

Uberlândia, 25 de Janeiro de 2024.

A portrait of Vincent van Gogh, showing his characteristic wild, wavy hair and a full, reddish-brown beard and mustache. He is wearing a dark, textured jacket over a white shirt and a blue tie. The background is a mottled, textured blue and green. Overlaid on the portrait is a quote in a black, italicized serif font.

“Andei por esta terra durante trinta anos e, por gratidão, quero deixar alguma lembrança.”

Vincent van Gogh

AGRADECIMENTOS

Não é uma tarefa fácil agradecer todos aqueles que cruzaram meu caminho nestes 30 anos de magistério. Quase 4.000 alunos. Colegas de labuta que já partiram para ensinar lá no céu (como Aldon Taglialena, Ernane Fidelis, Geraldo de Carvalho, Laury Cardoso, Hilário de Oliveira, Darci Antenor de Castro, Victor Hugo Machado da Silveira, Paulo Batista Braga, Nílvio de Oliveira Batista e Osvaldo José Nascimento). Colegas que se aposentaram (como Heloísa Assis de Paiva, Célia Machado, Aparecida Monteiro de França, Maria da Graça Nunes Pozzer e David George Francis). Colegas que continuam na lida (como Carlos José Cordeiro, Alice Ribeiro de Sousa, Lincoln Rodrigues de Faria, Luiz Carlos Figueira de Melo, Helvécio Damis de Oliveira Cunha, Simone Silva Prudêncio, Rosa Maria Zaia Borges, Daniela Crosara, Jean Carlos Barcelos Martins, Ricardo Viola, Gustavo Boyadjian e o incrível Fernando Rodrigues Martins, este mais que colega do Ministério Público e do professorar na FADIR, é um raro Irmão, daqueles que não tem o nosso sangue, mas possui consanguinidade espiritual. Como agradecê-los a não ser reverenciá-los.

Em um primeiro momento é evidente que só a minha fé e a minha visão do Altíssimo me deram forças e energia para estar aqui. Naquela pequena oração, que faço todos os dias, Ele me guiou durante todos os anos:

“PAI... acabo de acordar... o Senhor foi o primeiro a vir no meu pensamento, me ajude a cumprir minha missão, me ajude a ser melhor, mais humilde e mais humano. Uma coisa a mais PAI: cuide dos que amo. Eles são minha essência. Nada mais peço, só e somente só. Amém!”

Obrigado a Isaac Pinto Nogueira (meu Pai) que tão cedo se tornou um anjo e a Herlene Augusta Ferreira Nogueira (minha Mãe) que, mesmo com dificuldades extremas, criou quatro filhos com galhardia.

Toda gratidão a minha esposa Carolinne Haut Nogueira, minha Carol, incentivadora, bússola, amuleto de fé, reencontro com a felicidade e meu único poema de Amor!

Obrigado aos meus Filhos, por vocês prossegui nas veredas e nas avenidas de seus e dos meus sonhos. Vocês que entenderam minha ausência e valorizaram minha dedicação e seriedade ao trabalho.

A meu querido Ademar Jorge Ferreira “Avohai” – Avô e Pai.

Não poderia deixar de agradecer a Paulo de Barros Carvalho, eminente professor que me orientou no mestrado e no doutorado. Me ensinou que humildade, sapiência e ciência são irmãs siamesas!

Agradeço aos funcionários da Faculdade de Direito, em especial Yêda Marina e Manuel Mariano, aos parceiros na gestão administrativa da UFU e demais outras instâncias que partilham de meu percurso profissional.

Obrigado aos meus alunos e orientandos, antes e atuais, com quem pratiquei e pratico à docência ensinando e aprendendo.

Aos eminentes integrantes da Comissão Especial segue minha consideração e respeito, pois foram os primeiros a ouvirem minha voz através do relato desse memorial.

Aos meus lares profissionais, FADIR/UFU, Ministério Público do Estado de Minas Gerais e demais outras instâncias pela oportunidade de crescer e avançar. Fica a minha gratidão.

Aos que não foram citados aqui, mas estão em minhas memórias, pois de uma forma ou de outra contribuíram para o meu aprender, deixo o meu abraço.

À todos, recebam minha gratidão e profundo respeito!

Resumo

O memorial descritivo: Memórias e Trajetórias segue os requisitos exigidos para a Promoção da Classe de Professor Associado IV para a Classe de Professor Titular na Carreira do Magistério Superior, de acordo com a Portaria do MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013, regulamentada pela Resolução nº 3/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia, de 09 de junho de 2017. Na elaboração, procurei seguir o disposto no Anexo 5, Roteiro para Elaboração do Memorial, da Resolução nº 03/2017, do Conselho Diretor, de 9 de junho de 2017. O recorte cronológico que adotei tem início de meu ingresso na Universidade Federal de Uberlândia em janeiro de 1993 encerrando em novembro de 2023 até a apresentação pública prevista para janeiro de 2024. Procurei descrever minhas atividades mais relevantes de ensino, produção intelectual, pesquisa, extensão e gestão, desenvolvidas na Faculdade de Direito, bem como em outras instâncias.

Palavras-Chave: Memória – Direito – Ensino – Pesquisa -
Extensão - Gestão

Abstract

Described memorial: Memories and Trajectories follow the requirements demanded for the Promotion of Class IV Associated Professor to the Higher Educational Career Full (Permanent) Professor, according to MEC concierge number 982 october 3, 2013, regulated by the Resolution number 3/2017, of the Federal University of Uberlândia College Board of Directors, june 9, 2017.

In the elaboration, I have considered to follow the set out in Annex 5, Script for the Elaboration of the Memorial, from Resolution in 03/2017, Board Director, in june 9, 2017. The chronological cut I have adopted has its beginning when I first got into the Federal University of Uberlândia back in 1993, with its conclusion in november 2023 until the public presentation scheduled for january 2024. I tried to describe my most relevant teaching activities, intellectual production, research, management extension, developed in Law School, as well as in other instances.

Key-Words: Memory - Rights - Education - Research - Extension - Management

Lista de Figuras

- **Figura 1.** Marco Aurélio Nogueira.
- **Figura 2.** Conjunto Colégio Regina Pacis
- **Figura 3.** Colégio Estadual Professor Antônio Marques
- **Figura 4.** Marca UFU
- **Figura 5.** Universidade Federal de Uberlândia
- **Figura 6.** Diploma de Graduação
- **Figura 7.** Especialização em Direito Processual Civil
- **Figura 8.** Especialização em Direito Civil
- **Figura 9.** Título de Mestre
- **Figura 10.** Dissertação de Mestrado
- **Figura 11.** Título de Doutor
- **Figura 12.** Tese de Doutorado
- **Figura 13.** Marca MPMG
- **Figura 14.** Logotipo Faculdade de Direito (FADIR)
- **Figuras 15.** Laudos Médico
- **Figura 16.** Histórico de Classificação na carreira
- **Figura 17.** Tabela A2.1 – Pontuação de referência da Carreira do Magistério Superior
- **Figura 18.** Fotos do autor

Lista de Quadros

- **Quadro 1.** Disciplinas ministradas
- **Quadro 2.** Lista de orientações diversas
- **Quadro 3.** Lista de Homenagens e prêmios
- **Quadro 4.** Participação em bancas

Lista de Siglas

- CEBIM - Centro de Ciências Biomédicas e Medicina
- CEHAR - Ciências Humanas e Artes
- CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
- CID - Classificação Internacional de Doenças
- CONDIR - Conselho Diretor
- CONFADIR - Conselho da Faculdade de Direito
- CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
- CONSUN - Conselho Universitário
- DE - Dedicção Exclusiva
- DIADO - Divisão de Apoio ao Docente
- FADIR - Faculdade de Direito
- GEPDEL - Grupo de Pesquisa de Direito Eleitoral e Partidário
- IC-CNPq - Iniciação Científica - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- IMEPAC - Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos
- MEC - Ministério da Educação
- MG - Minas Gerais
- MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- POLI - Faculdade Politécnica de Uberlândia
- PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão e Pessoas
- Qualis - Sistema brasileiro de avaliação de periódicos
- REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SEI - Sistema Eletrônico de Informações
- SIASS - Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
- UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Sumário

1. Introdução	16
2. Objetivo	21
3. Trajetória Pessoal e Profissional	23
3.1. Minha Infância	23
3.2. Formação Acadêmica	26
3.2.1. Graduação	26
3.2.2. Especialização	27
3.2.3. Mestrado	28
3.2.4. Doutorado	29
4. Trajetória Profissional	31
4.1. Ministério Público do Estado de Minas Gerais	31
4.1.2. Outras Atuações	32
5. Meu Vínculo de Trabalho com a UFU	33
5.1. Ensino	35
5.1.1. Avaliação de Desempenho Docente	42
5.2. Orientações	44
5.3. Produção Intelectual	49
5.3.1. Artigos Publicados	50
5.3.2. Outras Publicações	51
5.3.3. Publicação de Livro	51
5.3.4. Publicação de Capítulo de Livros	52
5.3.5. Participação em eventos: trabalhos apresentados, publicados, palestras	52
5.3.6. Homenagens e Prêmios	52
5.3.7. Comissão Julgadora/ Comissão Científica	54
5.3.8. Parecerista Ad Hoc	54
5.3.9. Membro de corpo eleitoral; Membro de Comitê de assessoramento e Revisor de periódico	58
5.4. Projetos de Pesquisa	71
5.5. Extensão	72
5.6. Gestão	85
5.6.1. Membro de Conselho	88
5.6.2. Membro do Colegiado	89
5.6.3. Membro do Comitê de Ética	89
6. Licença	91
Conclusão	95
Referências	99
Anexos	102



“O começo é a metade do todo.”
Platão

1.Introdução

Atendendo as exigências da Universidade Federal de Uberlândia com intuito de atingir a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, conforme Art. 7º da Resolução 03/2017 do Conselho Diretor republicada pela Resolução nº SEI 05/2018/CONDIR de 22/08/2018:

Para promoção da Classe de Professor Associado IV para a Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, o docente deverá demonstrar efetiva dedicação institucional ao ensino, gestão, extensão ou pesquisa, atuando, obrigatoriamente, no ensino e na extensão ou no ensino e na pesquisa, conforme arts. 2º e 3º da Portaria MEC n. 982, de 3 de outubro de 2013, e atender cumulativamente os seguintes requisitos:

I – possuir título de Doutor;

II- estar há, no mínimo, 24 meses no último nível da Classe de Professor Associado, conforme a data da última progressão constante no histórico do docente emitido pela PROGEPI/DIADO;

III – aprovação de Relatório de Atividades pela Unidade, devendo obter pontuação mínima no interstício de 23 meses, conforme Anexo 2; e

IV – lograr aprovação, por Comissão Especial, de:

a) Apresentação de defesa pública, presencial ou a distância, via web, de Memorial de acordo com o Anexo 5 desta Resolução, que deve considerar as atividades de ensino, extensão, pesquisa e gestão acadêmica e produção profissional relevante, da carreira docente em conformidade com os arts. 5º e 6º da Portaria MEC nº 982, de 3 de outubro de 2013; ou

b) Apresentação e defesa pública de Tese acadêmica inédita, presencial ou a distância, via web, elaborada e defendida especificamente para a finalidade dessa promoção.

Seguindo as especificações da Resolução acima citada, optei pela apresentação de defesa pública de memorial. Ao cumprir a exigência de recuperar minha trajetória profissional e acadêmica, deparei-me com a palavra memória. Então vasculhei e achei no dicionário online que memória é sinônimo de “relembração, recordação, anamnese, rememoração, reminiscência, lembrança”. E nessa procura de significado, Abbagnano (2007, p. 759) conceitua memória como, “possibilidade de dispor dos conhecimentos passados”, no sentido de que eles já estiveram disponíveis e “não simplesmente conhecimentos do passado”.

Assim, a construção desse memorial, por meio da narrativa descritiva, representa uma reflexão sobre minha trajetória na docência e no meu caminho do professorar, que de forma paralela me levou também ao *Parquet Mineiro*.

Minha história e minha trajetória não foram construídas isoladamente. Muitas pessoas cruzaram meu caminho, ajudando na trilha, na conquista, no descobrimento, no aprendizado e, sobretudo, no ensino. Compreendo hoje a vivência, as frustrações, os erros, os acertos e os recomeços, oriundos do convívio humano.

Colocar em um texto as diferentes experiências e vivências pelas quais passei nas relações com a docência, iniciando como aluno da Graduação, da Pós-Graduação Lato Sensu, do Mestrado, do Doutorado, tendo sido Estagiário, Professor, Pesquisador e Promotor de Justiça. Carreiras e profissões construídas através de grandes desafios, mas acima de tudo com perseverança, afincos, ternura e dedicação. Graças à docência materializei a minha trajetória para chegar até aqui.

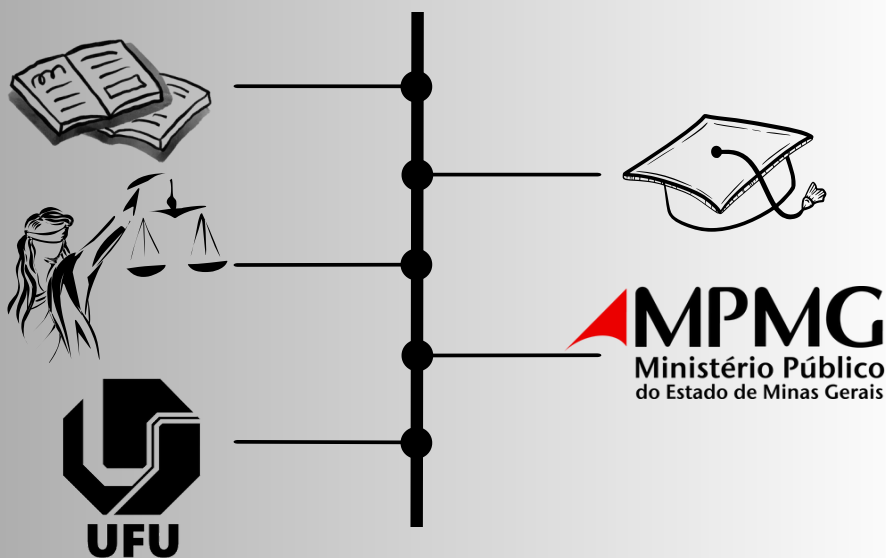
Cada linha digitada vai se entrelaçando nas memórias vividas e recupera em mim as lembranças de pessoas, colegas de trabalho, das reuniões nos conselhos, dos documentos revisados, das obras de referências, tudo isso com vistas a atender as exigências da Academia, afim de submeter a apreciação de minha história que, por parte chega ao fim nesta perspectiva de galgar a Titularidade da Classe E.

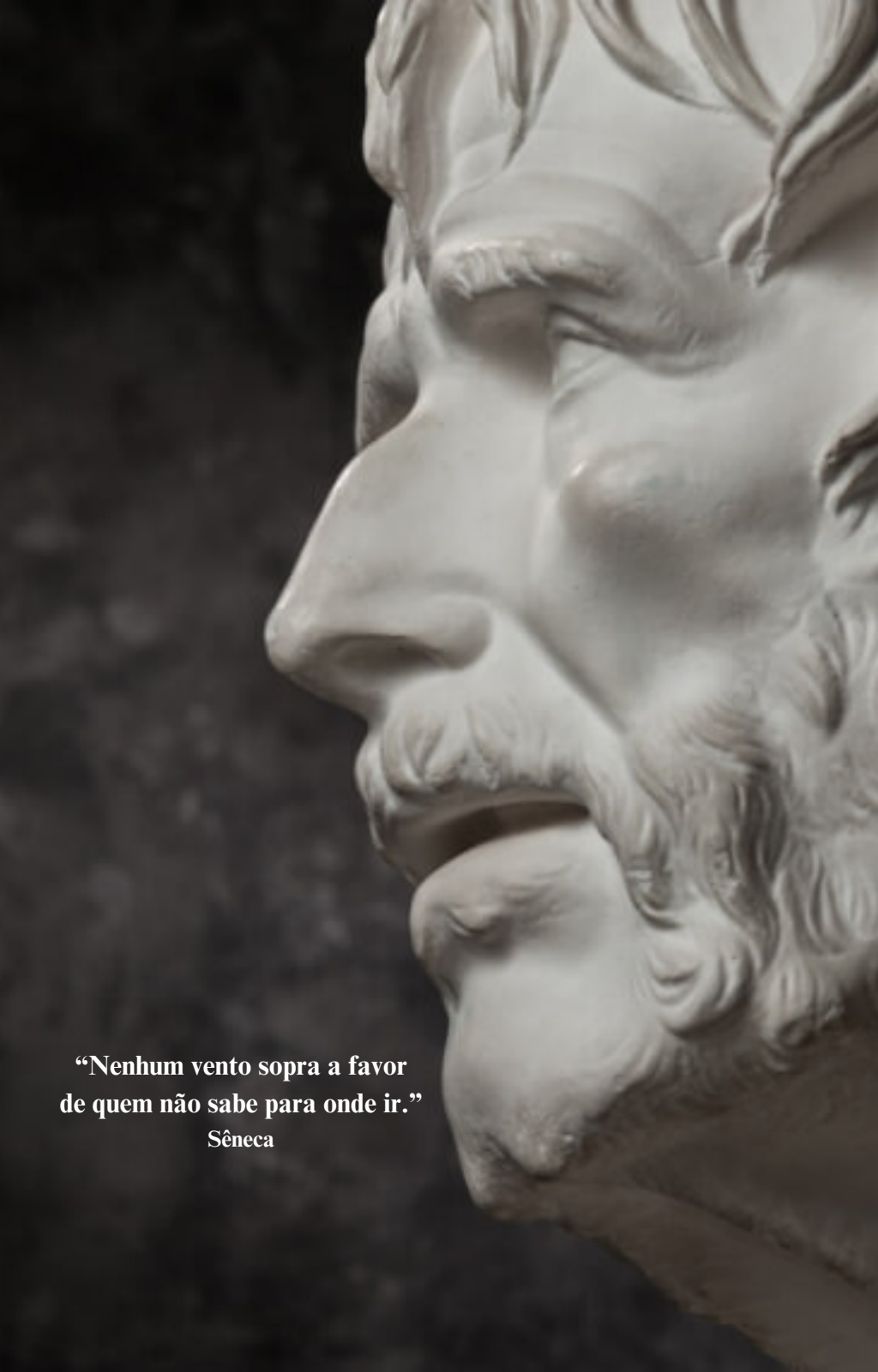
Para chegar à Classe de Professor Titular é preciso passar por um percurso de, no mínimo, vinte anos de vida profissional dentro da instituição, e no meu caso foram mais anos, percorrendo interstícios de dois anos cada, atendendo aos requisitos da hesitante legislação em cada período. No relatar de minha trajetória, além deste desafio, também tive que voltar minha atenção no enfrentamento de todas as minhas atividades, acrescentando um olhar mais crítico às referidas, refletindo as possíveis consequências das decisões tomadas durante meu percurso na Universidade. Foi um desafio pelo qual resolvi enfrentar, a fim de ver minhas contribuições e todos os anos dedicados resumidos em um simplório compêndio intitulado “Memorial Descritivo: Memórias e Trajetórias”.

Então diante de tudo, uma primeira etapa foi vencida, inserindo meu Relatório de Promoção da Classe de Professor Titular na Universidade Federal de Uberlândia, para a apreciação do Conselho da Faculdade de Direito. Na reunião do dia 07 de novembro de 2023 na 10ª Reunião Ordinária do CONFADIR de 2023, foi apresentado e apreciado meu último biênio da Classe de Professor Associado IV para a Classe de Professor Titular E, Parecer: 18/2023/CADFADIR/DIRFADIR/FADIR – Processo SEI nº 23117.073570/2023- 10. Especificação de quórum: 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção – aprovado por unanimidade o Parecer do Relator este relatório, conforme Anexo 1 e Decisão Administrativa CONFADIR nº 95/2023 - Anexo 2

Desta forma, seguindo as exigências e no propício momento, haverá o envio do memorial para a r. Comissão Especial, após a avaliação e aprovação pelos meus pares, integrantes do Conselho da Faculdade de Direito.

Assim, na elaboração desse Memorial, indaguei: o que me levou a mergulhar no mar revolto de águas profundas das Ciências Jurídicas? Uma coisa é certa, eu precisava de fôlego e perseverança! Então, copilarei minha vida pessoal e minhas raízes e, através desse mergulho poderei responder como me formei Docente e como me tornei Promotor de Justiça. Iniciarei narrando fatos de minha infância, minha escolaridade, minha formação acadêmica e, nas seções posteriores, relato sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão desenvolvidas na UFU e em outros órgãos.



A close-up, black and white photograph of a marble bust of the Roman philosopher Seneca. The bust is shown in profile, facing left. It features a full, curly beard and hair, and a prominent nose. The lighting is dramatic, highlighting the texture of the marble and the contours of the face.

**“Nenhum vento sopra a favor
de quem não sabe para onde ir.”**

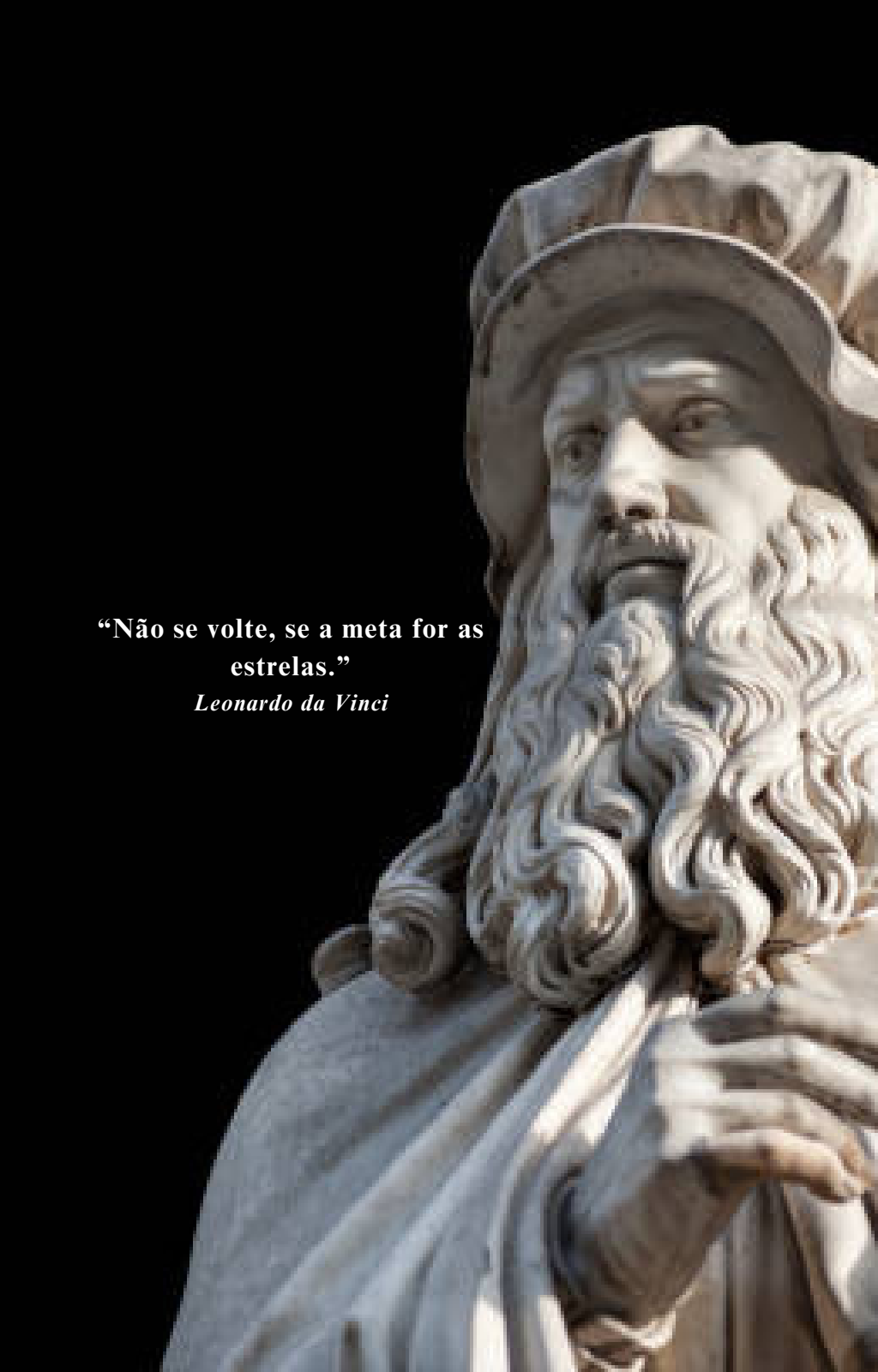
Sêneca

2. Objetivo

Atender os requisitos institucionais para promoção na carreira Docente, da Classe de Professor Associado 4 para a Classe de Professor Titular da Universidade Federal de Uberlândia, conforme Portaria nº 982, de 3 de outubro de 2013, do Ministério da Educação e o disposto na Resolução nº 03/2017 do Conselho Diretor republicada pela Resolução nº SEI 05/2018/CONDIR de 22/08/2018.

Contribuir na construção de respostas às questões de “como me formei Docente e como me tornei Promotor de Justiça”, descrevendo e analisando minhas atividades que foram importantes durante minha atuação no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e outras produções consideradas relevantes no desenvolvimento da carreira do Magistério do Ensino Superior relacionadas à Universidade Federal de Uberlândia, bem como em outras instituições que percorri.



A detailed marble bust of Leonardo da Vinci, showing his face, a long, curly beard, and a cap. The bust is set against a dark background. The lighting highlights the texture of the marble and the intricate details of his features.

“Não se volte, se a meta for as
estrelas.”

Leonardo da Vinci

3. Trajetória Pessoal e Profissional

3.1. Minha Infância

Figura 1. Marco Aurélio Nogueira.

Nasci na cidade de Araguari no Estado de Minas Gerais no dia 05 de março de 1966, ano em que no Brasil vivia uma grande ebulição, segundo informações da wikipédia, acessado em 05/10/2023 em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/1966 no Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/1966_no_Brasil)>.



Fonte: Arquivos do autor

- *o Presidente do Brasil entre 1964 a 1967 era o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco;*
- *5 de fevereiro: é decretado o Ato Institucional nº 3, que institui as eleições indiretas para governador e vice —governadores e a nomeação de prefeitos;*
- *Em 5 de junho: Ademar Pereira de Barros é afastado do cargo de governador de São Paulo e cassado pelo Presidente Castelo Branco;*
- *Em 13 de setembro: Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco sanciona a lei, que estabelece o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);*
- *E em 3 de outubro: O candidato da Aliança Renovadora Nacional, Artur da Costa e Silva, é eleito presidente do Brasil pelo Congresso Nacional com 295 votos na eleição presidencial indireta.*

Minha manjedoura é a família Nogueira. Meu pai Isaac Pinto Nogueira era funcionário Público do Estado de Goiás e minha mãe Herlene Augusta Ferreira Nogueira é do Lar.

Meu primeiro ano escolar, a alfabetização foi na Escola Regina Pacis, conhecida como “Colégio dos Padres de Araguari/MG”. O que se destacou durante o Ensino Fundamental foi a alegria, a infância vivida e os sonhos de uma criança.

Figura 2. Conjunto Colégio Regina Pacis



Fonte: Patricia de Sousa, 2017

Quanto ao Ensino Médio, frequentei o Colégio Estadual Professor Antônio Marques e fui agraciado com um ensino de alta categoria, digno dos desejos de concretização de uma escola pública de qualidade.

E o que foi mais relevante nestes anos de estudos foi a luta para conciliar escola, trabalho, adolescência, dificuldade financeira, e a crescente certeza que queria ser professor.

Figura 3. Colégio Estadual Professor Antônio Marques



Fonte: Colégio Estadual Professor Antônio Marques, 2011

Enfim, ingressei na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, permanecendo na batalha entre estudar e sobreviver. Tudo começou a melhorar quando fui contratado como professor de Geografia e História, para ministrar aulas no que chamávamos de “Cursinhos Pré-vestibulares”. De setembro de 1987 a agosto de 1991 ministrei aulas em Uberlândia/MG, Araguari/MG, Araxá/MG e Catalão/GO.

A carreira docente começava a se efetivar, como sempre almejei.

Figura 4. Marca UFU



Fonte: RESOLUÇÃO No 04/2011 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, 2011

Figura 5. Universidade Federal de Uberlândia



Fonte: Universidade Federal de Uberlândia - Campus Santa Mônica, [s.d]

3.2. Formação Acadêmica

3.2.1. Graduação

Entre 1985 a 1989 graduei-me Bacharel em Direito na Universidade Federal de Uberlândia.

Figura 6. Diploma de Graduação



Fonte: Arquivos do autor

Na graduação tive certeza do curso escolhido. Nela ainda, busquei caminhos que pudessem me levar à docência superior e estágios que me projetassem às carreiras jurídicas.

Nesta busca, para minha surpresa, no ano de 1989 fui convidado pelo saudoso Promotor de Justiça da Comarca de Araguari/MG, Valdir Dias, para estagiar em sua Promotoria. Confesso, mais um caminho foi iluminado e, como um pai, me incentivou a ser esta dualidade: Professor/Promotor de Justiça. Ele me estendeu a mão e viu potencial em um menino, capaz de galgar o Bem.

Por fim, antes mesmo de finalizar minha graduação, já havia nascido em mim todas as metas e planos de abarcar as carreiras jurídicas pretendidas. Com os poucos recursos que havia poupado durante todos esses anos, fui estudar no curso preparatório do saudoso Professor Damásio de Jesus na cidade de São Paulo/SP. Por lá, permaneci cerca de 9 meses e, não tendo mais condições financeiras, investi meus derradeiros recursos no concurso de provas e títulos para Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais no ano de 1990. Logrei êxito.

Ainda, restava um sonho: o de ser Professor de Direito na Universidade Federal de Uberlândia. Como Promotor de Justiça, comecei em pequenas Comarcas, aportando na Cidade de Uberlândia através de promoção, em 9 de março de 1992.

Por fim, em 04/01/1993, fui admitido como docente na FADIR/UFU, na área de Direito Civil/Direito Romano.

3.2.2. Especialização

Em 06 de agosto de 1993 a 17 de dezembro de 1994 especializei-me em Direito Processual Civil, realizado nessa Instituição, por entender que esse era o caminho adequado para a evolução da docência. Meu orientador, o inesquecível e saudoso Dr. Ernane Fidélis dos Santos, me levou a escrever sobre Ação Ambiental, tema que tomava relevância extrema já nos anos 90.

Figura 7. Especialização em Direito Processual Civil



Fonte: Arquivos do autor

Em 06 de março de 1998 a 19 de julho de 1999 conclui a Especialização em Direito Civil, também realizada na UFU, motivado por ter assumido a disciplina de Direito Civil-Parte Geral. Meu orientador foi o eminente Dr. Carlos José Cordeiro que me alertou sobre a necessidade de falarmos sobre os microsistemas civilistas. Daí minha monografia “A Proteção Contratual do Código do Consumidor e o Âmbito de sua Aplicação”.

Figura 8. Especialização em Direito Civil



Fonte: Arquivos do autor

3.2.3. Mestrado

Figura 9. Título de Mestre

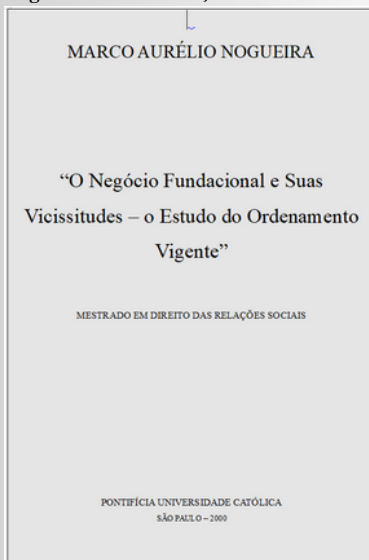


Fonte: Arquivos do autor

Iniciei o Mestrado em Direito das Relações Sociais do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em janeiro de 1998, defendendo em 16 de outubro de 2000 a Dissertação:

“O Negócio Fundacional e suas Vicissitudes - o Estudo do Ordenamento Vigente” tendo como orientador o Prof. Dr. Paulo de Barros Carvalho. A pesquisa resgata “a real posição das fundações no cenário jurídico, delimitando de maneira clara e extenuante o que são e a sua proteção legal, retomando suas características das entranhas puramente civilistas deste fenômeno”.

Figura 10. Dissertação de Mestrado



Fonte: Arquivos do autor

3.2.4. Doutorado

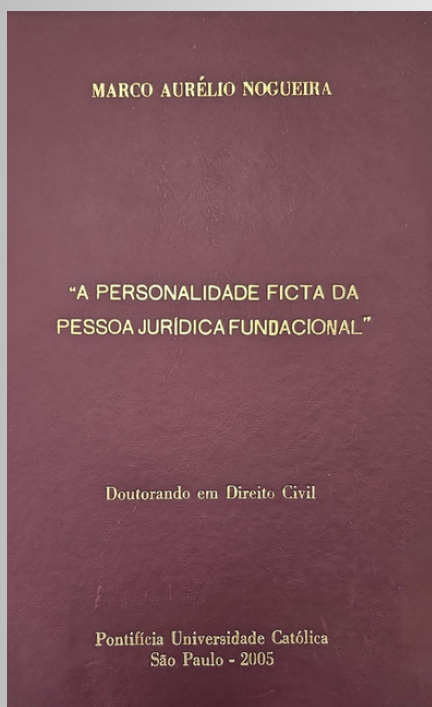
Figura 11. Título de Doutor



Fonte: Arquivos do autor

Já entre 06 de janeiro de 2003 a 18 de maio de 2005 prossegui meus estudos e pesquisas com o Doutorado em Direito das Relações Sociais, também na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo o eminente Prof. Dr. Paulo de Barros Carvalho, aceitado o múnus de prosseguir na minha orientação. Minha tese “A Personalidade Ficta da Pessoa Jurídica Fundacional” teve como marco inicial uma pesquisa sobre a pessoa jurídica fundacional de fato ou ficta, tratando-se de determinar se tal categoria de ente seria admissível no nosso sistema positivo e, em caso afirmativo, delineando sua estrutura e seu regime jurídico.

Figura 12. Tese de Doutorado



Fonte: Arquivos do autor

A ideia tinha como escopo o fato de que as fundações privadas, por terem finalidade filantrópica, poderiam ser reconhecidas como ente jurídico mesmo diante da parcial ou total ausência material do registro. O ajuste de se levar a registro o estatuto de um ente tão importante para a defesa dos desvalidos e para o desenvolvimento da ciência seria mera formalidade.

4. Trajetória Profissional

4.1. Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Atuo desde 1990 no Ministério Público do Estado de Minas Gerais-MPMG, como servidor público na categoria de Promotor de Justiça.

- 1990: Promotoria de Justiça da Comarca de Estrela do Sul (MG) – Promotoria Criminal, Tribunal do Júri, Cível, Defesa do Cidadão e Eleitoral;
- 1991 a 1992: Promotoria de Justiça da Comarca de Unaí (MG) - Promotoria Criminal, Tribunal do Júri, Cível, Defesa do Cidadão e Eleitoral;
- 1992 a 2004: Primeira Promotoria de Justiça da Comarca de Uberlândia (MG): Promotoria Criminal, Tribunal do Júri, Cível, Defesa do Cidadão e Eleitoral.
- 2005 a 2019 Atuação perante o Juizado Criminal, Fundações e Registro Público da Comarca de Uberlândia(MG);
- 2021 a 2023 Atuação perante a Promotoria Eleitoral da 278ª Zona Eleitoral;
- Na atualidade estou atuando como Promotor de Justiça Criminal perante a 5ª Vara de Uberlândia.

Figura 13. Marca MPMG



Fonte: Manual de Marca MPMG, 2021

4.1.2. Outras Atuações

- De 2004 a 2007 atuei na Faculdade Católica de Uberlândia e Curso Dominis, como coordenador de diversos Cursos de Pós-Graduação lato-sensu: III Curso de Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito; IV Curso de Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito; V Curso de Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito; VI Curso de Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito; I Curso de Especialização em Direito das Relações Sociais.
- De 2004 a 2008: No Centro Jurídico Dominis fui professor no Curso Preparatório para Concursos Públicos – nível: Aperfeiçoamento, ministrando as disciplinas: Direito Civil e Metodologia da Pesquisa Científica.
- De 2004 a 2005: Fui coordenador do Curso de Direito na Faculdade Politécnica de Uberlândia (MG), POLI;
- Atuo desde 2009 como professor celetista no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos, IMEPAC.
- Desde 2015 sou integrante do corpo docente das disciplinas Direito Civil e Direito Eleitoral da Escola Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
- Desde 1993 sou professor efetivo com regime de 40 horas na Universidade Federal de Uberlândia, UFU (observação: as atividades serão detalhadas nos próximos itens);



5. Meu Vínculo de Trabalho com a UFU

Quando ainda estudante colegial em Araguari, já almejava estar na UFU, especificamente no Curso de Direito. Minha relação afetiva com a UFU começou como estudante em 1985 e perdura como professor até os dias atuais. São 38 anos entre os Campus Umuarama e Santa Mônica.

Particpei do Concurso Público de Provas e Títulos para a Admissão de Docentes, regido pela Resolução n. 3/83 do Conselho Universitário da UFU de 23/12/1983 e logrei aprovação em segundo lugar, sendo iniciado como servidor público em 22/03/1993 com carga-horária de 40 horas, dando a possibilidade de continuar exercendo outras atividades em outras instituições. Meu novo local de trabalho agora passava a ser também Universidade Federal de Uberlândia com lotação no Departamento de Direito Civil e Fundamentos do Direito da Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”, conforme divulgado em seu site www.fadir.ufu.br acessado em 06 de outubro de 2023.

A Faculdade de Direito foi criada em 1960, sendo uma escola na formação de bacharéis em Direito. Minha linha de pesquisa, conforme a evolução de meus estudos foi se concretizando, entre Direito Civil e Direito Eleitoral.

Quando ingressei na UFU em 1993 a Universidade estava estruturada em três Centros que aglutinavam Departamentos de áreas de conhecimento, sendo o CETEC- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; o CEBIM - Centro de Ciências Biomédicas e Medicina; e o CEHAR- Ciências Humanas e Artes.

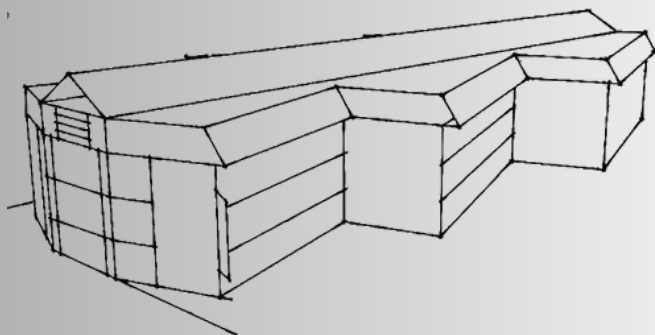
Em 28 de dezembro de 1993, o Curso de Direito Civil foi dividido em três departamentos: DEDIF (Departamento de Direito Civil e Fundamentos); DEDIS (Departamento de Direito Social); DEDIP (Departamento de Direito Processual).

Apesar de ter sido deslocado para o DEDIP, meu berço estava no DEDIF, o qual passei a integrar no ano de 1995.

No ano de 1999 e início dos anos de 2000, a UFU passou por alterações em sua organização administrativa e acadêmica, iniciando a partir de janeiro de 2000 um novo Estatuto e nesse ano um dos principais temas na pauta do CONSUN foi a discussão e elaboração do Regimento Geral da Instituição, que serviria de base na elaboração dos Regimentos Internos das Unidades Acadêmicas que viessem a ser criadas a partir de 1º de janeiro de 2000. O Regimento Interno da FADIR foi criado pela Resolução nº 05/99, do Conselho Universitário - CONSUN, de 21 de dezembro de 1999, conforme relata na página eletrônica da FADIR.

Mesmo com as alterações, permaneci na área de Direito Civil e de Direito Eleitoral, disciplinas que conseguia conciliar com a atividade de Promotor de Justiça.

Figura 14. Logotipo Faculdade de Direito (FADIR)



Faculdade de Direito
Prof. Jacy de Assis



Fonte: Faculdade de Direito - FADIR, [s.d]

5.1. Ensino

Assim que ingressei na UFU em 1993, foram a mim atribuídas as disciplinas: Introdução ao Estudo do Direito; Direito Processual Penal I; Direito Civil - Parte Geral; Metodologia da Pesquisa Científica e Jurídica. De 1993 a 2005 os arquivos desses diários eram impressos e guardados no Arquivo Geral da UFU. No entanto, não foram encontrados no respectivo, sendo necessário certidão da direção da Faculdade de Direito comprobatória, em anexo. A partir de 2006 já com o sistema eletrônico, as disciplinas, turmas, cursos, quantidade de alunos, carga-horária, já são possíveis de visualizar, conforme anexo Em 2017 obtive licença para tratamento de saúde, no qual irei relatar com mais detalhes no item “licença”.

Assim registro as disciplinas por mim ministradas na UFU:

Quadro 1. Disciplinas ministradas

<u>DISCIPLINA</u>	<u>CURSO</u>	<u>PERÍODO</u>
Introdução ao Estudo do Direito	Graduação em Direito Bacharelado	1993 a 2005
Direito Processual Penal I	Graduação em Direito Bacharelado	1993 a 2005
Direito Civil - Parte Geral I	Graduação em Direito Bacharelado	1993 a 2005
Metodologia da Pesquisa Científica-Jurídica	Graduação em Direito Bacharelado	1993 a 2005
Direitos Fundamentais	Curso de Especialização em Direito Público	2006 ano; 2009 ano
Introdução ao Direito	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2006 ano; 2007 ano; 2008 ano
Trabalho de Conclusão de Curso	Curso de Especialização em Direito Público	2009 ano
Direito Empresarial I	Graduação em Administração: Bacharelado - noturno	2009/1º; 2009/2º; 2010/1º
Fundamentos do Direito	Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - noturno	2009/1º; 2010/1º

<u>DISCIPLINA</u>	<u>CURSO</u>	<u>PERÍODO</u>
Fundamentos Constitucionais do Direito Privado e Hermenêutica Jurídica	Curso de Especialização em Direito Civil	2010 ano
Direito Financeiro e Tributário	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2010 ano (2 turmas); 2011 ano (2 turmas); 2021 ano (2 turmas)
Seminários em Constitucionalização do Direito Civil	Curso de Mestrado Acadêmico em Direito	2010/2
Atividade Financeira da Administração Pública	Curso de Especialização em Direito da Administração Pública	2011 ano
Direito Tributário e Comercial	Graduação em Administração a Distância: Bacharelado – Uberlândia	2011/1º
Adoção, Guarda e Medidas Socioeducativas	Curso de Especialização em Direito das Famílias	2012 ano
Trabalho de Conclusão de Curso	Curso de Especialização em Direito das Famílias	2012 ano
Inovação e Propriedade Industrial	Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - integral	2013/2º; 2014/1º; 2015/1º; 2015/2º; 2016/1º; 2016/2º; 2019/1º; 2019/2º
Direito Civil I	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2013/2º; 2014/1º; 2014/2º; 2015/1º; 2015/2º; 2016/1º; 2016/2º; 2018/1º; 2018/2º; 2019/1º; 2019/2º; 2020/1º (2 turmas); 2020/2º; 2020- 2º Per.Esp.; 2021/1º; 2021/2º; 2022/1º
Teoria Geral do Processo	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2014/2º
Direito Eleitoral e Partidário	Graduação em Direito Bacharelado - matutino	2015/1º; 2015/2º; 2016/1º; 2020- 2º Per.Esp.; 2022/2º
Direito Eleitoral e Partidário	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2015/1º; 2015/2º; 2016/1º; 2016/2º; 2022/2º; 2023/1º
Direito Civil I (Teoria Geral – LINDB, Pessoas e Bens)	Graduação em Direito Bacharelado - noturno	2022/2º; 2023/1º

Diante das disciplinas por mim ministradas, procurei estar atento às exigências do perfil profissional do Direito, informadas na página eletrônica do curso de Direito em <http://www.fadir.ufu.br/unidades/curso/curso-de-graduacao-em-direito> (acessada em 01/09/2023),

O profissional do Direito deve receber em sua formação um mínimo de habilidades e competências, consideradas a realidade concreta de seu campo de atuação e as diversas possibilidades de sua inserção no mundo do trabalho, sendo, ainda, observadas as expectativas sociais e as possibilidades institucionais apresentadas para a sua formação.

Assim aspirei a construção de um conhecimento mínimo acerca das disciplinas, ramos que se encontram em desenvolvimento na academia e entre os operadores do Direito, bem como a construção de mecanismos de compreensão e fortalecimento da democracia (Direito Eleitoral) e da identidade individual e coletiva, no bojo do Código Civil. Aqui, cabe um adendo: Civil e Eleitoral não são disciplinas díspares. Muito pelo contrário. Elas se entrelaçam e eu busquei e busco trabalhar as mesmas em um contexto de harmonia, complementariedade e conhecimento, sempre à luz da legalidade constitucional, do macrossistema civil e dos microsistemas, inclusive eleitoral. Talvez o voto seja a expressão máxima da cidadania civilista.

O escopo básico é a coordenação metodológica entre a doutrina (*law in books*) e a operabilidade (*law in action*) mundivivida no dia a dia. É dizer que não há espaços de melhor intercâmbio intelectual, de aprofundamento do conhecimento científico e distribuição da justiça que revelem, de um lado, a força do caso concreto (aprendizado social) e, de outro lado, a necessidade da correta hermenêutica (dogmática interpretativa).

A Constituição Federal inaugurou no âmbito dos *direitos fundamentais políticos* (CF, art. 14) diretrizes jurídicas de inclusão no que respeita o *sufrágio* (vínculo valorativo de legitimidade entre a pessoa-eleitora, poder e sistema político), *a capacidade eleitoral ativa* (exercício do direito fundamental de sufrágio) e *a capacidade eleitoral passiva* (dever fundamental de representação popular). Vale a lembrança que antes da legalidade constitucional vigente (e em permanente mutação), o *déficit democrático* brasileiro era significativamente obtuso e excludente.

Exemplos não faltam: ‘eleição indireta’ para Presidente da República; indicação, pelo Presidente da República, de Governadores de Estado, de Senadores (biônicos) e Prefeitos; direito de voto reduzido a homens (a afirmação feminina somente em meados do século passado); exigência de eleitores ‘instruídos’ para exercício do sufrágio (voto de cabresto e voto no bico da pena); imposição de voto obrigatório sem considerar as condições humanas; vedação ao pluralismo partidário; baixo nível de fiscalização eleitoral etc.

Nesse mesmo percalço excludente, em grande parte, foi o Código Civil de 1916 o pioneiro, seguindo a ideologia iluminista, apenas admitindo o homem como ‘sujeito de direitos e obrigações’, restringindo os atos da mulher à incapacidade relativa, permitindo a circulação de riquezas e aproveitamento proprietário sem a necessária funcionalidade social e, via de consequência, limitando ‘saberes’ a classes dominantes e ‘ignorância’ e ‘analfabetismo’ aos excluídos e dominados, o que refletia diretamente na estrutura eleitoral e na manutenção de guetos secularmente no poder (LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012).

A docência diturna em Direito Civil – especificamente no âmbito de sua teoria geral – e, sobretudo na perspectiva de *diálogo das fontes* com os microssistemas identitários, sem perder de vista a legalidade constitucional e as convenções internacionais de direitos humanos, aos poucos habilitou a realizabilidade de pesquisas (ver o GEPDEL – Grupo de Pesquisas de Direito Eleitoral e Partidário), bem como necessários e intrincados debates sobre a ‘*crise de representatividade*’, os ‘*usos e abusos da legitimidade*’, as ‘*perturbações na confiança entre a promessa eleitoral e a realização governamental*’.

A projeção doutrinária e a prática ministerial já não eram tão somente o enfrentamento de dicotomias precárias (como governo/oposição; direita/esquerda; corrupto/não corrupto), mas essencialmente as funções do *'direito constitucional eleitoral'* para contribuir na 'construção de uma sociedade livre, justa e solidária' (CF, art. 3º, inc. I) e na efetividade dos inúmeros direitos fundamentais albergados pelo sistema jurídico, sem se descurar do conceito de 'pessoa' fortemente introduzido pelo Código Civil de 2002 e reorientado, conforme óbvias circunstâncias, pelos microsistemas.

Enquanto são temas de aderência e pertencibilidade ao direito civil a pessoa (subsistência e substância), sua vinculação ao sistema jurídico (personalidade) e seus direitos inatos, irrenunciáveis e inalienáveis (direitos da personalidade), exatamente nos microsistemas identitários são dispostos direitos básicos (também reconhecidamente direitos da personalidade), entretanto distribuídos *conforme* a 'condição humana etária e de gênero' da pessoa.

Aqui ganham destaques, na confluência da *capacidade civil* com a *capacidade eleitoral* (ativa e passiva) quatro microsistemas estruturantes e funcionais.

Em primeiro lugar, o Estatuto da Juventude. A Lei 12.852/13, instituindo o Estatuto da Juventude, aquelas pessoas compreendidas entre 15 a 29 anos, assegurou ao jovem o direito à participação social e política, e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas da juventude, dando ênfase à participação *'como inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais'*.



Em segundo lugar, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A Lei 13.146/15 tem especial relevância no direito nacional, não só porque repagina e transforma a bizantina *'teoria das incapacidades'*, mas essencialmente quando torna as relações humanas mais solidárias, estabelecendo diversos direitos, deveres e princípios que desconstróem séculos de barreiras (prediais, urbanas, políticas, jurídicas, sociais e culturais) acolhendo as pessoas com deficiência, especialmente garantindo *'todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas'*, inclusive o direito de votar e ser votado.



Em terceiro lugar, a Lei de Violência Doméstica. A Lei 11.340/06, muito embora tenha natureza penal, nas disposições preliminares enumera *'direitos fundamentais'* das mulheres permitindo amplo diálogo com a *'teoria geral'* de forma a servir o sistema jurídico na efetividade da igualdade substancial de gênero. E nesse sentido estabelece que são asseguradas *'às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos [...] à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária'*. Valemo-nos da lembrança que a cidadania, além de fundamento da República, é ao mesmo tempo o modelo fundamental de exercício dos direitos políticos.

Em quarto lugar, o Estatuto da Pessoa Idosa. A Lei 10741/03, com as inúmeras modificações posteriores, tem por escopo reconhecer o envelhecimento como condição humana inerente a qualquer pessoa, assegurando direitos especiais, geralmente prioritários, a considerar as fraquezas decorrentes do avanço da idade e, nesse ponto, fixa diretrizes de solidariedade não apenas ao Poder Público, mas também à sociedade, ao mercado e às famílias. O Estatuto da Pessoa Idosa ao garantir a participação na ‘vida política’ reafirma que as pessoas idosas devem ter asseguradas a autonomia (*capacidade de decidir*) e a independência (*capacidade de autossuficiência*) e, em virtude disso, o rol de direitos (saúde, vida, alimentos, educação, cultura, lazer, participação etc.) devem ser satisfeitos.



Portanto, a junção entre o direito civil e os microssistemas identitários têm por racionalidade teleológica ‘imunizar’ as diferenças sociais e políticas existentes na evolução da humanidade, criando condições jurídicas para ‘*emancipação*’ de novos sujeitos políticos, outrora considerados incapazes e, agora, mesmo diante da ‘*vulnerabilidade eleitoral*’ (inerente fraqueza para disputas, discursos, campanhas, participações etc.) têm diretrizes de sustentação de suas escolhas, decisões e representatividade.

Na linha *dworkiana* é correto alinhar que as eleições não são um ‘dia de escolha’ apenas. As eleições são o *pré-eleitoral* (o conhecimento dos candidatos, o estímulo às candidaturas de vulneráveis, a publicidade honesta e sem discursos falaciosos e de ódio, a propagação de propostas factíveis etc.), o *eleitoral* (o respeito entre os candidatos, o equilíbrio nas disputas, a correção na coleta de votos, a fiscalização do momento democrático) e o *pós-eleitoral* (o cumprimento das propostas e a reafirmação das legítimas expectativas no Estado Democrático de Direito).

Enfim, a aproximação do macrossistema civil com os microssistemas identitários, sempre sustentados pela legalidade constitucional, encontra ambiente na alvissareira busca por uma democracia em sentido substancial que, progressivamente, transportou questões acerca dos direitos da personalidade para o Direito Eleitoral.

5.1.1. Avaliação de Desempenho Docente

Com relação ao desempenho didático avaliado com a participação do corpo discente apresento aqui algumas avaliações que constam no sistema da UFU em: <https://avaliacaodocente.ufu.br/docente/?chave=d2492c22-de8b-489d-928b-97b792000dc8>. Como não é um instrumento tão obrigatório para os estudantes, muitas disciplinas ficam sem avaliação. Desta forma, destacarei somente as que tenho registro e mostrarei apenas a média do professor. As cópias das avaliações estão nos arquivos à parte de comprovantes.

Quadro 2. Avaliação de Desempenho Docente

<u>Período/Curso</u>	<u>DISCIPLINA/CURSO</u>	<u>MP = Média do Professor</u>
2013/2	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	10,0
2014/1	Direito Civil I - J Graduação em Direito : Bacharelado - Noturno	9,9
2014/1	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	10,0
2014/2	Direito Civil I - J Graduação em Direito : Bacharelado - Noturno	9,78
2014/2	Teoria Geral do Processo - J Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	9,82

<u>Período/Curso</u>	<u>DISCIPLINA/CURSO</u>	<u>MP = Média do Professor</u>
2015/1	Direito Civil I - J Graduação em Direito : Bacharelado - Noturno	9,6
2015/1	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	9,00
2015/2	Direito Civil I - J Graduação em Direito : Bacharelado - Noturno	9,73
2015/2	Direito Eleitoral e Partidário - OP Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	9,73
2015/2	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	9,50
2016/1	Direito Civil I - J Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	8,44
2016/1	Direito Eleitoral e Partidário - OP Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	8,50
2016/1	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	9,33
2016/2	Inovação e Propriedade Industrial - B Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	8,33
2016/2	Direito Civil I - J Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	9,80
2019/1	Inovação e Propriedade Industrial - U Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral	10,0
2020/1	Direito Civil I - J 1 Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	10,0
2020/2° Per. Esp	Direito Civil I - A Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	9,33
2020/2° Per. Esp	Direito Civil I - J Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	9,25
2021/2	Direito Civil I - J 1 Graduação em Direito Bacharelado - Noturno	8,67
2022/2	Direito Civil I (Teoria Geral - LINDB, Pessoas e Bens) - J Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno	9,00

Fonte: Elaboração do autor, 2023 – diante da página:
<https://avaliacaodocente.ufu.br/docente/?chave=d2492c22-de8b-489d-928b-97b792000dc8>
 acesso em 20out2023.

5.2. Orientações

Desfrutei a oportunidade de orientar diversos alunos em monografia, TCC I, TCC II e monitoria. Nestas modalidades acredito que a maioria destes orientandos tiveram o ensejo de se tornarem grandes docentes e pesquisadores, bem como o contato com diferentes temáticas, constituiu momentos de convívio e grande aprendizado. Em outra ponta, vários estudantes estagiaram comigo no Ministério Público, adquirindo experiência empírica tão necessária na formação discente. Aqui, relato que muitos prosseguiram como Professores, Promotores de Justiça, Juizes e servidores públicos.

Quadro 3. Orientações diversas

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Edilson Dutra de Souza	Monografia: “Decadência e Prescrição dos Impostos e Contribuição da União Federal no Direito Tributário Brasileiro” Especialização em Direito Público e Filosofia do Direito - Faculdade Católica de Uberlândia	2004
Ari Timóteo dos Reis Júnior	TCC: “Imunidade Tributária” Graduação em Direito/FADIR	2005
Geisel Rodrigues Rosa	Monografia: “Direito Ambiental e a Destruição do Meio Ambiente” Curso de Especialização em Direito das Relações Sociais - Faculdade Católica de Uberlândia	2006
Marcelo Rodrigues Ferreira	Monografia: “O Terceiro Setor no Brasil” Curso de Especialização em Direito das Relações Sociais - Faculdade Católica de Uberlândia	2006
Deiber Magalhães da Silva	Monografia Curso de Especialização em Direito Público	2006
Daniele Alves dos Santos	Monografia Curso de Especialização em Direito Público	2006
Mariana Mendonça Nogueira	TCC: “Os Juizados Criminais” Graduação em Direito/FADIR	2008

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Athos Augusto de Almeida Mandrami	TCC: “Mandado de Segurança na Ordem Tributária” Graduação em Direito/FADIR	2010
Juliana Venâncio Silva	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2010
Túlio Henrique Borges	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2010
Rodrigo de Faria Palhares	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2010
Isadora Martins Machado	Guerra Fiscal: um estudo de caso: a Resolução 3166/2001 como arma do Estado de Minas Gerais	2011
Rodrigo de Faria Palhares	Responsabilidade legal do fornecedor aparente pelo fato do produto no direito brasileiro em face da teoria da aparência	2011
Daniela Bezerra Gonçalves	Monografia: “Guarda Compartilhada: Aspectos Práticos e suas Consequências para o Desenvolvimento do Menor” Curso de Especialização em Direito das Famílias/FADIR/	2012
Juliana Tavares de Oliveira	Aspectos positivos e negativos da guarda compartilhada Curso de Especialização em Direito das Famílias/FADIR/	2012
Lara Cecília Silveira Duque	Destituição e suspensão do poder familiar: formas de intervenção do Estado no âmbito familiar Curso de Especialização em Direito das Famílias/FADIR/	2012
Joenes Martins de Moura	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2012
Wilver Bernardes Menegatti	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2012

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Altieres Renan Clemente	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2012
José Renato Gerardi	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2012
Marina Betti Ferraz	Monografia Graduação em Direito/FADIR	2012
Diego Vitorino de Moraes	TCC: “A Abstrativização do Controle Difuso de Constitucionalidade” Graduação em Direito/FADIR	2013
Althieris Renan Clemente	TCC: “As Provas Ilícitas no Direito Penal” Graduação em Direito/FADIR	2013
Wilver Bernardes Menegatti.	TCC: “Imposto sobre o valor agregado no Brasil” Graduação em Direito/FADIR	2013
Joenes Martins de Moura	TCC: “Extinção do Crédito Tributário” Graduação em Direito/FADIR	2013
Danilo Freitas Marques	TCC: “A Normatividade dos Princípios e o Controle Judicial da Administração Pública” Graduação em Direito/FADIR	2013
Marina Betti Ferraz	TCC: “O Sigilo da Votação dos Jurados” Graduação em Direito/FADIR	2013
José Renato Gerardi	TCC: “O Controle de Constitucionalidade no Brasil e as Sentenças Intermediárias” Graduação em Direito/FADIR	2013
Grazielly Almeida Borges	Monitoria - disciplina de Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	2015

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Dener Toledo Machado	Monitoria da disciplina de Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	2015
Marcelo Henrique de Lima	Monitoria da disciplina de Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	2015
Maurian Rodrigues de Oliveira	TCC: “A proteção jurídico-formal dos direitos das crianças e dos adolescentes através das medidas protetivas e socioeducativas” Graduação em Direito/FADIR	2015
Júlia Maria Prates Faim	Monitoria – disciplina Direito Civil I Curso: Direito	2016
Itaci Alves Marinho Junior	Monitoria – disciplina Direito Civil I Curso: Direito	2016
Lucas Andrade Souza	TCC: “DIREITO ELEITORAL PENAL: Análise da função do Ministério Público ante os crimes eleitorais previstos no Código Eleitoral e na legislação esparsa” Graduação em Direito/FADIR	2017
Arthur Cardoso de Almeida	Iniciação Científica: “Voto e democracia” Graduação em Direito/FADIR	2017
Alvina Gonçalves Azevedo	Iniciação Científica: “Voto e democracia” Graduação em Direito/FADIR	2017
Arthur Cardoso de Almeida	TCC 2: “Perigo concreto e perigo abstrato: um estudo dos crimes de trânsito à luz do Juizado especial” Graduação em Direito/FADIR	2018
Fernanda Luisa de Assis Resende	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	04/2018 a 07/2018
Bárbara Barcelos	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	09/2018 a 12/2018

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Danielly Lima Gregório	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	09/2018 a 12/2018
Leonardo Barbosa Mendes	TCC: “Responsabilidade civil decorrente de acidente provocado por veículo autônomo” Graduação em Direito/FADIR	2019
José Henrique de Oliveira Couto	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	04/2019 a 07/2019
Maria Paula Marques Silva	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	04/2019 a 07/2019
Roberta Soliz	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	04/2019 a 07/2019
Roberta Soliz	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	09/2019 a 12/2019
Roberta Soliz	TCC: “Porte de drogas para consumo pessoal: aplicabilidade das medidas despenalizadoras junto ao Juizado Especial Criminal e princípio da alteridade” Graduação em Direito/FADIR	2020
Caio Crivelenti Raffaini Castro	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	10/2020 a 12/2020
Caio Crivelenti Raffaini Castro	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	03/2021 a 06/2021
Luísa Bouglex Andrade Resende	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	08/2021 a 10/2021
Jovana Mendes Vilela Prado	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	12/2021 a 03/2022

<u>Alunos</u>	<u>Modalidade/Títulos das Pesquisas/Cursos</u>	<u>Ano</u>
Thiago Zacarias Martins de Oliveira	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	05/2022 a 08/2022
Marcelo Henrique de Lima	TCC I Graduação em Direito/FADIR	2022/1
Marcelo Henrique de Lima	TCC II Graduação em Direito/FADIR	2022/2
Rhuan Nascimento Batista	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	10/2022 a 02/2023
Laura Leôncio Borges Pereira	Monitoria – disciplina Direito Civil I Graduação em Direito/FADIR	03/2023 a 06/2023

Fonte: Elaboração do autor, 2023



5.3. Produção Intelectual

A seguir apresento as atividades relativas à Produção Intelectual desenvolvidas de acordo com o roteiro para pontuação do desempenho dos docentes da Resolução nº 3/2017 do CONDIR e republicada conforme Resolução nº 05/2008/CONDIR de 22/08/2018.

5.3.1. Artigos publicados

Foram 11 artigos publicados em periódicos com revisores e com qualis, conforme os históricos publicados na página das revistas.

Segue a relação de artigos:

1- NOGUEIRA, M. A. A teoria da reserva do possível e o reconhecimento pelo Estado de prestações positivas. In: Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia v. 35- jul 2008 - ISSN: 2178-0498 – Qualis: B1;

2- NOGUEIRA, M. A. Estudos em homenagem a Pietro Perlingieri. Análise da obra: o direito civil na legalidade constitucional. In: Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia v. 38- n. 2: 581-604, 2010 ISSN: 2178-0498 – Qualis: B1;

3- NOGUEIRA, M. A. “A relação entre a multiplicidade de graus de jurisdição e a efetividade do processo penal”. In: De Jure (Belo Horizonte), v. 12, p. 135-177, 2013 – ISSN impresso: 1809-8487 – ISSN eletrônico: 2358-453X – Qualis: B3;

4- LONGHI, J. V. R.; NOGUEIRA, M. A. “Teoria do Fato Jurídico: Considerações sobre a Doutrina da Inexistência à Luz da Metodologia Civil-Constitucional”. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, v. 44, p. 1, 2017 – ISSN: 2178-0498 – Qualis: B1;

5- NOGUEIRA, M. A. VIOLA, R. R. “Decadência e prescrição no direito tributário”. In: Âmbito jurídico, v. 163, p. 252, 2017 – ISSN: 1518-0360 – Qualis: C

6- NOGUEIRA, M. A. Direito Fundacional: Breves apontamentos históricos. In: Revista Direito e Realidade, v. 7, n. 8, p. 93-107, 2019 – ISSN: 2237-0870 – Qualis: B2;

7- NOGUEIRA, M. A.; COUTO, J. H. O. “A Legalidade da internação compulsória de dependentes químicos na lei 13.840: uma análise a luz dos direitos de personalidade”. In: Revista Forense, v. 432, p. 6-23, 2020 - ISSN: 0102-8413 – Qualis: B1;

8- NOGUEIRA, M. A.; COUTO, J. H. O. “A Responsabilidade Penal da Gestante por Danos às Integridades dos Nascituros em Caso de Fumo de Cigarro”. In: Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. 9, p. 1-15, 2021 - ISSN: 0034-9275 – Qualis: A2;

9- MARTINS, F. R.; FERREIRA, K. P.; NOGUEIRA, M. A. Audiência Global e Ação por Superendividamento: Normas Injuntivas à Dignidade Humana. In: Revista de Direito do Consumidor, v. 146/2023, p. 81-89, 2023 – ISSN: 1415-7705 - Qualis: A1

10- MARTINS, Fernando Rodrigues; NOGUEIRA, Marco Aurélio; MARTINS, Guilherme Magalhães. Tutela Jurídica dos sentimentos e “Família multiespécie” consumidora: os direitos básicos dos animais domésticos nas relações de consumo sensiocêntricas. In: Revista de Direito do Consumidor, v. 150/2023, 2023 – ISSN: 1415-7705 – Qualis: A1

11- MARTINS, Fernando Rodrigues; NOGUEIRA, Marco Aurélio; MARTINS, Guilherme Magalhães. Comentários à sentença que deferiu a recuperação jurídica do grupo econômico 123 milhas. In: Revista de Direito do Consumidor, v. 150/2023, 2023 – ISSN: 1415-7705 – Qualis: A1

5.3.2. Outras Publicações

. NOGUEIRA, M. A. Fundações Públicas? Por que? In: Jornal Hora da Lei, pag. 40-41;

. NOGUEIRA, M. A. Defensoria Pública beneficia a população. In: Entrevista OAB – Uberlândia, Hoje, em agosto de 2007

5.3.3. Publicação de Livro

. MARTINS, Fernando Rodrigues; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os Seres Sencientes em Juízo. Aspectos Processuais e Procedimentais. Ed. Thoth, 2023.

O livro aborda a chegada da proteção jurídica aos animais e ao meio ambiente que se dá de forma paulatina, considerando aspectos fragmentários e utilitaristas, que se trata da perspectiva antropocentrista dos elementos naturais que estão sucumbindo à exploração humana e, por isso, não dotados de direitos. A uma larga diferença entre direitos à natureza e direito da natureza. Quando da perspectiva jurídica de conceder a supremacia da exploração humana aos elementos ambientais, flora e fauna, cede exclusivamente ao homem e não há que se falar de proteção ambiental.



5.3.4. Publicação de Capítulos de Livros

- GARCIA, L. A.; NOGUEIRA, M. A.; OLIVEIRA JUNIOR, A. Cidadania e aspectos críticos do processo penal: opinio delicti midiática e sua repercussão às avessas no processo penal. In: Fernando Gustavo Knoerr; Thiago Paluma. (Org.). Cidadania e aspectos críticos do processo penal: opinio delicti midiática e sua repercussão às avessas no processo penal. 1ª ed. Curitiba: Clássica Editora, 2013, p. 245-259 – ISBN: 9788599651810;
- MARINHO, S. A. L.; MOREIRA, R. P.; NOGUEIRA, M. A. Cidadania e direito à saúde: dever jurisdicional de realização do direito à saúde na ausência de cidadania e direito à saúde: dever jurisdicional de realização do direito à saúde na ausência de provas das condições fáticas e jurídicas desfavoráveis. In: Fernando Gustavo Knoerr; Thiago Paluma. (Org.). Cidadania e direito à saúde: dever jurisdicional de realização do direito à saúde na ausência de cidadania e direito à saúde: dever jurisdicional de realização do direito à saúde na ausência de provas das condições fáticas e jurídicas desfavoráveis. 1ª ed. Curitiba: Clássica Editora, 2013, p. 115-138 – ISBN: 9788599651810

5.3.5. Participação em eventos: trabalhos apresentados, publicados, palestras

Foram publicados diversos trabalhos em anais no qual tive muitas participações em eventos locais, regionais, nacionais. Irei detalhar no item Extensão estas atividades.

5.3.6. Homenagens e prêmios

Em meio a tantas atividades, ainda nos sobra tempo para sermos reconhecidos. E há momentos vivenciados que ficarão gravados em minhas memórias, conforme as homenagens recebidas:

Quadro 4. Homenagens e Prêmios

<u>Ano</u>	<u>Homenagem</u>	<u>Local</u>
1990	Mérito Judiciário – Melhores 1990, AITMAP	Jornal Estado de Minas e Prefeitura Municipal de Unai (MG).
1995	Turma “Marco Aurélio Nogueira	FADIR/UFU
1997	Cidadão Ilustre de Estrela do Sul (MG)	Jornal Picuá
1997	Colaborador Emérito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	Comando PMMG Uberlândia (MG)
1997	Mérito Profissional, AITMAP	Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Faculdades Integradas do Triângulo.
1997	Cidadão Honorário de Uberlândia (MG)	Prefeitura Municipal e Câmara Municipal de Uberlândia (MG).
1998	Destaque Jurídico de 1998	Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica
1998	Medalha da Ordem Municipal do Mérito Augusto César	Prefeitura e Câmara Municipal de Uberlândia (MG).
2000	Diploma de Colaborador da PMMG	Comando PMMG em Uberlândia (MG).
2001	Certificado de agradecimento da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Comandante do 32	Batalhão da PMMG em Uberlândia(MG).
2001	Colaborador Benemérito da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	Comando-Geral da PMMG.
2002	Diploma de Mérito Virgílio Galassi	Câmara Municipal de Uberlândia (MG).
2006	Cidadão Honorário de Estrela do Sul (MG)	Prefeitura e Câmara Municipal de Estrela do Sul (MG)
2006	Medalha Bernardo Guimarães	Estrela do Sul-MG
2006	Medalha Bernardo Guimarães	Prefeitura Municipal de Estrela do Sul (MG)
2006	Moção de Aplauso	Câmara Municipal de Uberlândia (MG).
2007	Medalha Santos Dumont	Governo e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
2007	Moção de Aplauso	Câmara Municipal de Uberlândia (MG).

<u>Ano</u>	<u>Homenagem</u>	<u>Local</u>
2012	Declaração pela honrosa contribuição prestada na coordenação do Grupo de trabalho “Sistemas de jurisdição constitucional comparada”, durante a XXI Encontro Nacional do CONPEDI - Uberlândia/MG, em 06 a 09/06/2012	XXI CONPEDI – Uberlândia/MG
2014	Medalha Mérito Legislativo	Assembleia Estadual do Estado de Minas Gerais.
2016	Cidadão Honorário de Nova Ponte (MG) pelos relevantes serviços prestados ao Município	Câmara Municipal de Nova Ponte (MG)
2017	Galhardete da PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.
2018	Moção de Agradecimento	5º Batalhão de Bombeiros Militar.
2023	Homenagem do Memorial em comemoração aos 15 anos de criação, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao aperfeiçoamento das atividades institucionais e preservação do patrimônio cultural	Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

5.3.7. Comissão Julgadora/ Comissão Científica

- VII Congresso Científico Internacional IMEPAC: Bem-Comum e Tecnologias Sociais, promovido pelo Centro Universitário IMEPAC – Araguari em 22 a 24/08/2023

5.3.8. Parecerista Ad Hoc

- Parecerista na avaliação de cursos superiores Guia da Faculdade, promovida pela Quero Educação em parceria com o Jornal O Estado de São Paulo – São José dos Campos – 2021;
- Parecerista Ad Hoc na avaliação de 03 artigos para a Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais – Revista De Jure – ISSN: 1809-8487 (imp.) e ISSN: 2358-453X(online), em 2019;
- Parecerista do curso de Direito da Avaliação de Cursos Superiores do Guia do Estudante (GE) 2018;

- Parecerista Ad Hoc na avaliação de 03 artigos para a Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais – Revista De Jure – ISSN: 1809-8487 (imp.) e ISSN: 2358-453X(online), em 2018;
- Parecerista Ad Hoc na avaliação de 07 artigos para a Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais – Revista De Jure – ISSN: 1809-8487 (imp.) e ISSN: 2358-453X(online), em 2017;
- Parecerista Ad Hoc do processo seletivo de artigos para a Revista de Informação Legislativa – 2017;
- Parecerista Ad Hoc do artigo “Análisesistêmica”, para a Revista De Jure – 2017;
- Parecerista Ad Hoc do artigo “Morte12.971/2014”, para a Revista De Jure – 2017;
- Parecerista Ad Hoc do artigo “O usoTutores”, para a Revista De Jure – 2017;
- Avaliador ad hoc do projeto de pesquisa do orientador da proposta IC-CNPQ2016-0254, submetido à Convocação de Projetos de Pesquisa p/ Bolsas de Iniciação Científica. 2016;
- Avaliador ad hoc do projeto do plano de trabalho de aluno da proposta IC-CNPQ2016-0017, submetido à Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsas de Iniciação Científica. 2016;
- Avaliador ad hoc do projeto do plano de trabalho de aluno da proposta IC-CNPQ2016-0254, submetido à Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsas de Iniciação Científica. 2016.
- Avaliador ad hoc do projeto de pesquisa do orientador da proposta IC-CNPQ2016-0017, submetido à Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsas de Iniciação Científica. 2016.
- Parecerista Ad Hoc na avaliação de 01 artigo para a Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais – Revista De Jure – ISSN: 1809-8487 (imp.) e ISSN: 2358-453X(online), em 2016;

- Parecerista Ad Hoc na avaliação do artigo “Deverá ...sentido” para Revista Quaestio IURIS – 2016;
- Parecerista Ad Hoc do processo seletivo de artigos para a Revista de Informação Legislativa – 2016;
- Avaliação de Cursos Superiores do Guia do Estudante. 2015;
- Avaliador Ad Hoc – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo ‘Da inelegibilidadeInelegibilidades’. 2015;
- Avaliador Ad Hoc do Plano de Trabalho de aluno da proposta IC-FAPEMIG2016-0114, submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;
- Avaliador Ad Hoc do projeto de pesquisa do orientador da proposta IC-FAPEMIG2016-0114, submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;
- Avaliador Ad Hoc do Plano de Trabalho de aluno da proposta IC-FAPEMIG2016-0141 submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;
- Avaliador Ad Hoc do projeto de pesquisa do orientador da proposta IC-FAPEMIG2016-0141 submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;
- Avaliador Ad Hoc do Plano de Trabalho de aluno da proposta IC-FAPEMIG2016-0166 submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;

- Avaliador Ad Hoc do projeto de pesquisa do orientador da proposta IC-FAPEMIG2016-0166 submetido ao Edital 04/2015 – Convocação de Projetos de Pesquisa para Bolsa IC – PIBIC/FAPEMIG/UFU e para IC Científica Voluntária PIVIC – 2015;
- Avaliador Ad Hoc – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “A responsabilidade Bullyng” – 2014;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “Hermenêutica Civil” – 2014;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “Do acesso Civil” – 2014;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo A evolução..... Brasileiro” – 2012;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “Tribunal Lei” – 2011;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “Inconstitucionalidade Brasileiro” – 2010;
- Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “O princípio oportunidades” – 2010;
- . Avaliador Ad Hoc - cega (blind review) – Revista da Faculdade de Direito da UFU – artigo: “O princípio da internet” – 2010

5.3.9. Membro de corpo editorial; Membro de comitê de assessoramento e Revisor de periódico

- Editor Executivo da Revista Mérito da Faculdade Politécnica de Uberlândia – ISSN: 1806-986X - 2004
- Periódico: Revista da Faculdade de Direito – desde: 2003
- Agência de fomento: Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis – desde: 2015
- Periódico: De Jure (Belo Horizonte) – desde: 2015
- Periódico: Revista de Informação Legislativa – desde: 2016
- Periódico: Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (Impresso) – desde: 2010.

5.3.10. Membro de Bancas de defesa

Quadro 5. Participação em Bancas

<u>MONOGRAFIA</u>			
<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Jefferson dos Reis Batista	A Responsabilidade da Pessoa Física e Jurídica pelo Dano Ambiental	Especialização em Direito Ambiental – da UNIMINAS – União Educacional Minas Gerais	2005

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Ari Timóteo dos Reis Júnior	Imunidade Tributária	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2005
Vivian Dias Fidelis	A Tutela Antecipada e a Liminar em Cautelar Analisadas à Luz da Reforma do CPC	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2005
Janayna Freitas Martins de Oliveira	Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Thays Regina Silva	A União Estável e seus Efeitos	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Adriano Lino Mendonça	Ontognoseologia Jurídica e a Nova Retórica: O Despertar Epistemológico do Direito	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Paulo Mendes Ferreira	Responsabilidade Civil do Estado X Prestação de Serviço estatal	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Herbert Dias Ferreira	Da Qualificação do Dano Moral	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Mariana Mendonça Nogueira	Juizados Especiais Criminais: Um Novo Modelo de Justiça Criminal	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2008
Athos Augusto de Almeida Mandrami	Mandado de Segurança na Ordem Tributária	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2010
Pollyana Fernandes Xavier	Da constitucionalidade do regime disciplinar e sua aplicação no combate ao crime organizado	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2010

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Bruno Fonseca Gurão	A Inaplicabilidade do art. 739-A do CPC às execuções fiscais	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2010
Camilla Fernandes Moreira	Direito à moradia: paradigmas legais e paradoxos sociais	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2010
Thais Biffe Alves	Princípio da vida e da dignidade humana no que tange ao aborto	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Milena Mamede Nunes	A Aplicabilidade do Princípio da Insignificância nos Crimes Patrimoniais	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Patrícia Mara Gontijo	A aplicação do Princípio da Insignificância nos crimes funcionais	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Carla Cristina Diniz Ladeira Amâncio	Descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Lais Moraes de Oliveira Rodrigues	Princípio da Insignificância como causa de exclusão da tipicidade do porte de drogas para consumo pessoal (artigo 28 da Lei 11.343/06)	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Rafael Xavier Arruda	Desapropriação Confiscatória	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Juliana Venâncio Silva	A União Estável e os direitos sucessórios dos companheiros	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Gisele Alves de Oliveira	A execução da pena do criminoso psicopata: necessidade de aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Victor Lúcio Santos Prado	Seguro rural: benefícios e dificuldades na sua eficaz consecução e avanços legislativos	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Leandro Alves de Melo	Embate entre o Direito de informar conferido aos órgãos da Imprensa e o direito à privacidade	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Isadora Martins Machado	Guerra Fiscal: um estudo de caso: a Resolução 3166/2001 como arma do Estado de Minas Gerais	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Rodrigo de Faria Palhares	Responsabilidade legal do fornecedor aparente pelo fato do produto no direito brasileiro em face da teoria da aparência	Graduação em Direito – Universidade Federal de Uberlândia	2011
Maria Carolina Paganini	A Nulidade Virtual na Teoria dos Contratos	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Alex Pinheiro Cavalcante	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Amir Chaves	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Ana Maria Freitas Almeida	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
André da Silva Rodrigues	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Daniela Martins Camargo	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Felipe José da Costa Santos	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Lidiane Eunice da Silva	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Mairon Borges Honorato	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Milena Regina Pereira Pedroso	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Pollyanna Alves de Moraes	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Saulo de Oliveira Medonça	TCC	Curso de Graduação em Direito UNIPAC - Araguari	2012
Dilton Bernardes dos Santos	Uma Análise crítica do devido Processo Legal na obra: O Processo de Franz Kafka	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Wálisson Otoniel Faria Santos	Executividade dos Títulos de Crédito	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Luiza Fonseca Machado Beling Dias	Fraude à Execução Fiscal	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Tamara de Paula Rodrigues	As Ações Possessórias na Técnica do Código de Processo Civil	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Ana Flávia Veloso Antunes	A Inexigibilidade de Licitação na Contratação de Serviços Advocatícios	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Silvana Martins Caixeta	A Cumulatividade dos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade no Direito do Trabalho	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
João Carlos Souza	Princípios do Direito Penal Mínimo	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
José Renato Gerardi	O Controle de Constitucionalidade no Brasil e as Sentenças Intermediárias	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Althieris Renan Clemente	As Provas Ilícitas no Direito Penal	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Gustavo Henrique Ferraz Silva Lopes	A Inconstitucionalidade da Vedação da Liberdade Provisória em face dos Princípios da Presunção de Inocência e da Separação de Poderes.	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Vanessa Rocha de Oliveira	Uma Análise do Carona nas Licitações.	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Diego Vitorino de Moraes	A Abstrativização do Controle Difuso de Constitucionalidade	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Joenes Martins de Moura	Extinção do crédito Tributário	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Wilver Bernardes Menegatti	Imposto sobre o valor agregado no Brasil	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Marina Betti Ferraz	O sigilo da votação dos jurados	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Danilo Freitas Marques	A normatividade dos princípios e o controle judicial da administração pública	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2013
Elzimar Queiroz Dias	A utilização do banco de dados genéticos para fins criminais no Brasil	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari-MG	2013
Ailton Peixoto Castro	Remição da pena e as alterações referentes à Lei nº 12.433/2011	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari-MG	2013
Larissa Cardoso Silva	O dano moral ambiental na justiça mineira: um estado jurisprudencial	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Camilla de Lellis Mendonça	Responsabilidade civil do empregador por danos ao meio ambiente do trabalho e saúde do técnico em radiologia	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Rafael Coelho Pereira	Da Flexibilização das Leis Trabalhistas ao Projeto de Lei 4330/04	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Thyessa Junqueira Gervásio Vieira	O dever de cooperação dos planos de saúde nas cirurgias estéticas em decorrência do preconceito social	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Thais Nascimento Ribas Garcia	Infiltração de agentes: limites à luz do ordenamento jurídico	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Líbera Souza Ribeiro	Análise da dissolução irregular para efeitos da responsabilidade tributária do sócio	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Nathan Oliveira Fernandes	Crimes contra a ordem econômica e tributária	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Laís Machado Faria	A união estável homoafetiva em face da nova decisão do STF	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Marcos Augusto Freitas	Por uma necessidade de reconstrução: Dolo nem vontade e sem conhecimento	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Guilherme Castelhane Chagas	Devido processo legal e a iniciativa probatória do órgão julgador	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Hylana Carvalho Motta	Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública: o instrumento jurídico e político da política urbana	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Maurian Rodrigues de Oliveira	A proteção jurídico-formal dos direitos das crianças e dos adolescentes através das medidas protetivas e socioeducativas	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2015
Bárbara Souza de Andrade	Pirâmides Financeiras e Marketing: um estudo acerca do dano social e da responsabilidade civil no Direito Privado frente às demandas da sociedade de consumo e de informação	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2018
Camila Oliveira Giacometo	O fenômeno da judicialização da saúde suplementar no Brasil	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2018
Victor Rodrigues Nascimento Vieira	Lei Geral de Proteção de Dados: uma análise de tutela dos dados pessoais em caso de transferência internacional	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2019
Ana Geovanna Araújo Botelho	A (des)criminalização de órgão no Brasil frente ao princípio da dignidade da pessoa humana	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2021
Ohana do Amaral Teixeira	A importância do parquet no combate ao crime organizado: análise da cadeia de custódia de prova	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023
Rhuan Nascimento Batista	A mudança paradigmática promovida pela nova lei de sociedade anônima de futebol: o direito empresarial como instrumento de transformação socioeconômica	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Everton Tiago Cardoso Pereira	Garantia aos princípios constitucionais do Contraditório e Ampla Defesa no curso do Inquérito Policial	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023
Nayara Gonçalves Cardoso	Audiência de custódia em todas as modalidades prisionais: a construção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal para a Reclamação (RCL) 29303	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023
Marcelo Henrique de Lima	Direito eleitoral comparado: um esboço das atuais bases legais em matéria eleitoral nos países da América Latina	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023
Letícia Alves Fernandes	Investigação defensiva: repercussões sobre a atuação da defesa na produção de provas durante a fase preliminar	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023
Guilherme Wagner Moreira de Andrade	A representação feminina na política e as cotas de gênero	Graduação em Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2023

BANCA DE QUALIFICAÇÃO DE MESTRADO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Luciana de Brito Freitas Leite	A Imputação nos Crimes Omissivos	Mestrado em Direito Público – Faculdade de Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2010
Vinicius de Paula Rezende	Inflexões do princípio da Boa-fé no Processo Administrativo Brasileiro – Tutela da Solidariedade	Mestrado em Direito Público – Faculdade de Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Fernanda Sabrinni Pereira	Contratos privados de Ensino	Mestrado em Direito Público – Faculdade de Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Josiane Araújo Gomes	Contratos de assistência privada à saúde: estudo sobre a intervenção judicial para a ponderação dos interesses das operadoras e dos usuários de planos de saúde	Mestrado em Direito Público – Faculdade de Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Márcio Rezende	Violação da dignidade da pessoa humana do empregado decorrente do poder de fiscalização do empregador	Mestrado em Direito Público – Faculdade de Direito - Universidade Federal de Uberlândia	2012

BANCA DE MESTRADO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Fernanda Sabrinni Pereira	Contratos Privados de Ensino	Mestrado em Direito Público – FADIR - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Vinícius de Paula Rezende	Inflexões do Princípio da Boa-fé no Processo Administrativo Brasileiro - Tutela da Solidariedade	Mestrado em Direito Público – FADIR - Universidade Federal de Uberlândia	2012
Márcio Rezende	Violação da dignidade da pessoa humana do empregado decorrente do poder de fiscalização do empregador	Mestrado em Direito Público – FADIR - Universidade Federal de Uberlândia	2012

BANCA DE DOUTORADO

<u>Aluno</u>	<u>Título</u>	<u>Curso</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Hilário de Oliveira	Os Créditos Documentários, as Cartas de Créditos e os Instrumentos Financeiros do Comércio Internacional	Doutorado em Direito - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	2005
Márcio Pestana	A Prova e a Técnica Jurídico-Comunicacional no Processo Administrativo-Tributário	Doutorado em Direito - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.	2005

BANCA DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

<u>Especificação</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Membro de banca Examinadora de Processo Seletivo para Professor Substituto do Departamento de Direito Social e do Estado na área de Direito Penal	1996
Membro de banca para Concurso Público nº 05/96 para provimento de pessoal Técnico-Administrativo – cargo de Advogado - UFU	1996
Membro da Banca Examinadora - Processo Seletivo para Professor Substituto da Faculdade de Direito - Direito Processual Penal - Universidade Federal de Uberlândia	1999
Presidente da Comissão Julgadora do Processo Seletivo para Professor Substituto para a Faculdade de Direito - Direito Civil e Direito Processual Civil - Universidade Federal de Uberlândia – Portaria nº 05/2000 de 18 de agosto de 2000	2000
Presidente da Comissão Julgadora do Processo Seletivo para Professor Substituto na Assistência Judiciária - Universidade Federal de Uberlândia	2000
Membro de banca Examinadora de Processo Seletivo para Professor Substituto na área de Direito Privado- Direito Civil - Direito Processual Civil – Faculdade de Direito/UFU	2001
Membro de banca Examinadora de Processo Seletivo para Professor Substituto na área de Direito Civil	2002
Membro de banca Examinadora para Professor Substituto do Departamento de Direito Social e do Estado da Faculdade de Direito UFU (MG) - Universidade Federal de Uberlândia	2006
Membro da Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo - Direito Civil (40 hs - DE) - Universidade Federal de Uberlândia	2008
Membro da Banca Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo - Direito Civil (40 hs) Universidade Federal de Uberlândia	2008
Presidente da Comissão Julgadora para Concurso Público na área de Direito Penal e Processo Penal - Universidade Federal de Uberlândia	2009

BANCA DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

<u>Especificação</u>	<u>Ano de Defesa</u>
Presidente da Comissão Julgadora para Concurso Público na área de Direito Civil- Edital: 063/2009 – Portaria 38/2009 - FADIR	2009
Membro Comissão Julgadora do processo seletivo simplificado regido pelo EDITAL PROGEP nº 144/2022, complementar ao Edital PROGEP nº 142/2022.	2022

Fonte: Elaborada pelo autor

5.4. Projetos de Pesquisa

Em 2007 e 2008 coordenei o Projeto de Pesquisa “A Tributação das Fundações de Direito Privado” - discente: Denise Silva e Moura – Objetivo: “Aplicar um estudo pormenorizado das entidades filantrópicas, imunidades e isenções, buscando enquadrar e desenvolver a melhor solução para a não incidência destes tributos nas referidas”. Este projeto não envolveu outros membros e nem teve financiamento.

Sou Coordenador do Grupo de Pesquisa de Direito Eleitoral e Partidário – GEPDEL, desde 2015 até o presente momento junto à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - disponível também na página da FADIR: <http://www.fadir.ufu.br/unidades/grupo-de-pesquisa/gepdel>.

O Grupo de Pesquisa Projeto “Direito Eleitoral” tem repercussão no desenvolvimento dos estudos e pesquisas no âmbito da jurisdição eleitoral e civil, propiciando espaços de debates e construção de mecanismos de compreensão e fortalecimento da democracia através do pluripartidarismo, da defesa dos direitos individuais e coletivos, do amadurecimento da legislação eleitoral e suas reformas e do estudo do voto como afirmação suprema da cidadania civilista, oportunizando encontros, atividades e seminários que exponham o assunto em lide, acompanhando e opinando nos processos e desdobramentos eleitorais e organizando um laboratório de acompanhamento referenciado.

Diante do exposto, resta lembrar que o passo inicial dos estudos eleitorais se encontram fincados na legislação civilista, em especial nos “Direitos da Personalidade”. O Projeto ainda está em andamento e sem financiamento, envolvendo cerca de 20 alunos de graduação por semestre.

Quanto aos Projetos de Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária – PIVIC, tive um grande privilégio ao me envolver e orientar os discentes em suas propostas, o que fez crescer as pesquisas eleitorais e civilísticas. Eis algumas louváveis orientações:

- Projeto PIVIC nº 104/2017 “Voto e democracia” – área: Ciências Sociais Aplicadas – Aluno: Arthur Cardoso de Almeida – Vigência: 08/2017 a 08/2018;
- Projeto PIVIC nº 78/2017 “Voto e democracia” – área: Ciências Sociais Aplicadas – Aluno: Alvina Gonçalves Azevedo – Vigência: 01/2017 a 01/2018



5.5. Extensão

Na Extensão, atuei na organização de eventos de natureza acadêmica, estendidos como espaço de socialização tanto interna, quanto externa à Universidade por meio de minicursos, palestras, membro de comissões organizadoras de eventos, tendo sido uma oportunidade singular expressiva na divulgação de trabalhos de diversos pesquisadores, materializando como um local privilegiado de acesso à comunidade em geral.

Coordenei o XXI Encontro Nacional do CONPEDI, na coordenação do Grupo de trabalho “Sistemas de Jurisdição Constitucional Comparada – Uberlândia/MG, em 06 a 09/06/2012. Grandes aprendizados que me atentaram sobre a importância do estudo de legislações comparadas, em especial Constitucional/Civil e Constitucional/Eleitoral.

Em 2015 coordenei o Fórum Jurídico da Faculdade Pitágoras. Foi uma experiência ímpar, pois adentrei em outra Academia onde pude experimentar a aproximação entre o ensino público e privado.

Já em 2017 coordenei o evento “Eleitoral em Pauta” – registro no SIEX: 15441, cujo objetivo foi abordar, de forma crítica, temas relevantes que integram as propostas de reforma política e concernentes ao processo eleitoral brasileiro como Sistema Eleitoral, empoderamento feminino na política, contencioso eleitoral e financiamento de campanha.

Neste mesmo ano, coordenei conjuntamente com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE/MG, seminário sobre temas relacionados ao Direito Eleitoral e Processo Eleitoral Democrático, tal evento foi realizado em setembro de 2017 na cidade de Uberlândia, promovido pela Seção de Pesquisa e Cidadania da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MG, tendo como público alvo a comunidade científico-acadêmica, magistradas, magistrados, advogadas, advogados, servidoras e servidores.

Segue abaixo minhas participações no decorrer de todo período:

Quadro 6: Palestras ministradas – Mesa Redonda – Cursos ministrados – Apresentação de Trabalho – Participação em eventos/Cursos:

<u>PALESTRAS MINISTRADAS</u>	<u>ANO</u>
“Processo Eleitoral vigente”, durante o Projeto PACE – Projeto Anglo de Conscientização Eleitoral	1994
“Dos crimes eleitorais”, promovido pelo V Encontro dos Advogados do Grupo ABC ALGAR, promovido pela Algar Empreendimentos e participações – Uberlândia/MG	1994
“Sistema Eleitoral e Direitos Políticos na reforma constitucional”, promovido pela Câmara Municipal de Uberlândia	1995
“Violência e Segurança Pública, promovido pelo Fórum Municipal – Uberlândia/MG	1995
Palestra: “A nova parte geral do Código Civil”, realizada na IV Semana Processualística, promovida pela UNIPAM – Patos de Minas/MG	2002
Palestra: “O novo código civil”, promovido pelo Instituto Vianna Júnior – Juiz de Fora/MG	2002
Palestra: “Como não ser enganado nas eleições”, promovido pela Escola Técnica Federal de Uberlândia	2002

<u>PALESTRAS MINISTRADAS</u>	<u>ANO</u>
Palestra: “Parte Geral”, realizado pela 13ª Subseção da OAB de Uberlândia	2003
Palestra: “Ministério Público e da Universidade Federal de Uberlândia, no XXIV Fórum Nacional dos Auditores internos das instituições Federais, vinculadas ao Ministério da Educação – FONAI/MEC	2006
Palestra: “A Educação Familiar e seus limites morais”, durante o Palestra: “Ministério Público e da Universidade Federal de Uberlândia, no XXIV Fórum Nacional dos Auditores internos das instituições Federais, vinculadas ao Ministério da Educação – FONAI/MEC Congresso Científico de Bioética de Uberlândia da Pastoral da Saúde - Uberlândia	2006
Direitos Fundamentais – Curso de Mestrado/UFU	2007
Debatedor do filme: The life of David Gale, no evento Cine Interpet, realizado pelos Grupos PET Letras e Pet Engenharia Elétrica - UFU	2008
Palestra: “A improbidade Administrativa na Constituição Federal de 1988”, durante o Fórum de comemorativo “Constituição, 20 anos da mais democrática”, promovido pela Faculdade de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas	2008
Palestra: “Uso da força letal pelo atirador de elite e suas consequências jurídicas”, para os discentes do III Treinamento em Ações e Operações Especiais – TAOE - Uberlândia	2009
Palestra: “Participação e Controle Social”, durante a VIII Conferência de Assistência Social, promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho - Uberlândia	2009
IV Jornada Jurídica “Eventus Iuris”, promovido pelo Curso de Direito da Faculdade de Quirinópolis, em 16/04/2010	2010
VI Jornada Científica, Cultural e Social do INESC – “O fenômeno da constitucionalização do Direito privado no Brasil”, promovido pelo INESC – Unai-MG em 12/05/2010	2010
Palestra: “Políticas Públicas sobre drogas”, na Faculdade Católica - Uberlândia	2011
Palestra: Módulo IV – Contexto III – Poder Público, Poder Judiciário, no 1º Ciclo de Liderança Integral - Uberlândia	2011
“Direito Civil Constitucional”. In: VI Fórum Jurídico, promovido pelo Curso de Direito do Centro Universitário de Patos de Minas	2013

<u>PALESTRAS MINISTRADAS</u>	<u>ANO</u>
“Direito Constitucional e Economia Sustentável”, na XV Semana Jurídica – Uniaraxá	2013
Palestra: “Projeto Social 3G – Gentileza gera Gentileza”, na E. E. Antônio Marques – IMEPAC – Araguari/MG, em 24/09/2014	2014
Palestra: “Projeto Social 3G – Gentileza gera Gentileza”, na E. E. Isolina França Soares Torres – IMEPAC – Araguari/MG, em 26/09/2014	2014
Palestra: “Projeto Social 3G – Gentileza gera Gentileza”, no IMEPAC – Araguari/MG, em 26/09/2014	2014
Palestra: “Projeto Social 3G – Gentileza gera Gentileza”, no Colégio Nacional– IMEPAC – Araguari/MG, em 20/10/2014	2014
Palestra: “Projeto Social 3G – Gentileza gera Gentileza”, no IMEPAC – Araguari/MG, em 29/10/2014	2014
“Fiscalização e conscientização das leis no Município de Araguari”, na Policlínica de Araguari	2015
Debatedor do Congresso de Direito Eleitoral – 13ª Subseção da OAB/MG	2015
Palestra: Conscientização e fiscalização das leis municipais”, promovido pela Prefeitura de Araguari	2015
Palestra: “Tráfico de Mulheres”, durante o III Congresso Científico – IMEPAC– Araguari/MG	2015
Palestra: “Constitucionalização do Direito Civil”, no Fórum Jurídico da Faculdade Pitágoras – Uberlândia/MG	2015
“Igualdade de participação no processo Eleitoral Democrático”, promovido pela Escola Superior de Guerra – Delegacia de Uberlândia	2016
“Igualdade de participação no processo eleitoral democrático”, I Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral – Belo Horizonte/MG	2016
Da mesa do Seminário Eleitoral em Pauta “Sistema Eleitoral Brasileiro”, promovido pelo TRE– Uberlândia-MG. 2017	2017
Importância da Pesquisa com Seres Humanos para a Sociedade Atual”, no IV Congresso Científico: Ética, Inovação e Sustentabilidade, promovido pelo IMEPC – Belo Horizonte, 2016	2017
Termo circunstanciado de ocorrência –TCO, no 1º Seminário Jurídico da 9ª RPM – PMMG – Uberlândia	2017

<u>PALESTRAS MINISTRADAS</u>	<u>ANO</u>
“A interpretação dos fatos, no atendimento de ocorrências, para a confecção dos TCOs”, no 1º Simpósio de Nivelamento de Lavratura de TCO no 17º Batalhão de Polícia Militar – Uberlândia, em 09/07/2018	2018
Eleições Municipais 2020, promovido pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Uberlândia	2020

<u>MESA-REDONDA</u>	<u>ANO</u>
Debatedor na Mesa redonda “Questão Disciplinar”, durante o II Encontro Estadual de CPPTA’s de Minas Gerais	1994
Debatedor: “O Direito na prevenção violência humanização jurídica”, durante o I Fórum Municipal sobre violência e segurança urbana – Uberlândia/MG	1995
Mesa redonda: “Responsabilidade civil e penal dos médico”, durante o Seminário: Realidade atual da profissão: aspectos éticos e jurídicos, promovido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais – Uberlândia/MG em 04/2000	2000
Mesa redonda: “Dependência química e a intervenção ao assistente social”, na UNIPAC – Uberlândia	2011
Presidente de Mesa: Movimentação Ilicita de Recursos de Campanha”, no Seminário Eleitoral, realizado pelo CEAFF– Belo Horizonte/MG	2014
Seminário Antes do Voto – Preparação para Eleições 2016. Prestação de Contas, realizado pelo TREMG	2016
Estado de Direito Democrático x Estado de Exceção: uma análise psicológica/histórica/jurídica, na Semana Jurídica IMEPAC. 2018	2018
Seminário: Enquadramento do Crime de Injúria Racial. Crime de Injúria racial. No auditório da OAB – Uberlândia em 16/05/2018	2018
Estado de Direito Democrático x Estado de Exceção: uma análise psicológica/histórica/jurídica, na Semana Jurídica IMEPAC. 2018	2018

<u>CURSOS MINISTRADOS</u>	<u>ANO</u>
Curso de Extensão em Direito Eleitoral, promovido pelo Departamento de Direito Civil e Fundamentos do Direito – Período: 08/10/1994 a 26/11/1994	1994
Fundamentos Constitucionais do Direito Privado e Hermenêutica Jurídica	2010
Constitucionalização do Direito Civil	2011
Constituição e Sustentabilidade. Na 47ª SEMAHUR – UFU	2013
Mini-curso: “Direitos Humanos: práticas discriminatórias na admissão de empregados”, durante a II Jornada Acadêmica Integrada – IMEPAC – Araguari/MG	2014

<u>APRESENTAÇÃO DE TRABALHO</u>	<u>ANO</u>
O procedimento no Juizado Criminal	2008
O Ministério Público e o juizado Criminal	2008
O fenômeno da constitucionalização do Direito Privado no Brasil	2010
Probidade Administrativa	2010
Poder Público	2011
Constituição e Sustentabilidade	2013
“A Natureza Jurídica do Pedágio”. In: Seminário de Direito Tributário, realizado pelo Curso de Mestrado em Direito Público	2013
A Lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência	2018
Palestra e de Profissões 2019.1, realizada pelo Diretório Acadêmico XXI de Abril - Faculdade de Direito/UFU, em 14/03/2019	2019

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
English Language “Intensive Course – basic”, no Instituto Cultural de Araguari	1981
Curso completed Let’s Learn English Gradif Fenal, promoted Çet’s Learn English – Araguari	1983
Curso completed Let’s Learn English Gradif Exercises, promoted Çet’s Learn English – Araguari	1983
I Semana Jurídica, promovido pelo Curso de Direito; Coordenação do Curso de Direito; Diretório Acadêmico 21 de Abril/UFU	1986
Curso Preparatório de Concursos de Ingresso no Ministério Público e na Magistratura – São Paulo/SP	1990
Curso Interativo de Preparação dos Candidatos Aprovados no XXVI Concurso para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG	1990
I Encontro Regional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – Uberlândia/MG	1992
3º ENCAD – Encontro dos Advogados do Grupo ABC ALGAR – Uberlândia/MG	1993
I Jornada Jurídica - UFU – Uberlândia/MG	1993
IV Encontro dos Advogados do Grupo ABC ALGAR, promovido pela Algar Empreendimentos e participações – Uberlândia/MG	1994
Ciclo de Palestras, realizado no Colégio Objetivo de Araguari	1994
II Jornada Jurídica, realizado pelo Curso de Direito/UFU	1994
I Seminário de Orientação Profissional do Sistema – Curso de Direito, realizado no Colégio Anglo de Ensino	1994
V Encontro dos Advogados do Grupo ABC ALGAR, promovido pela Algar Empreendimentos e participações – Uberlândia/MG	1994
II Encontro Estadual de CPPTA’s de Minas Gerais, promovido pela CPPTA/UFU	1994
II Seminário de Orientação Profissional, realizado no Colégio Anglo de Ensino – Uberlândia/MG	1995
1º Seminário sobre Legislação Eleitoral e Marketing Político, promovido por Pirâmide Serv. E Equipe Urbanos Ltda e Câmara Municipal de Uberlândia	1996

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Curso de Atualização em Metodologia do Ensino Jurídico, promovido pelo Curso de Direito em 04/1997	1997
Palestra: Ministério Público e Cidadania, promovido pela Câmara Municipal de Uberlândia	1997
Encontro Regional do Ministério Público – Belo Horizonte/MG	1997
II Encontro Cultural da Divisão dos Jovens da Região Est. MG – Uberlândia/MG	1997
Encontro Nacional de Processualistas, promovido pelo Departamento de Direito da UFU – Uberlândia	1997
II Seminário Regional do IBCCrim – Uberlândia	1997
I Seminário de Direito Penal, realizado pelo Departamento de Ciências Jurídicas – Ituiutaba/MG	1998
II Encontro Nacional de Processualistas, promovido pelo Departamento de Direito /UFU em 09/1998	1998
III Encontro Nacional de Processualistas, promovido pelo Departamento de Direito /UFU em 10/1999	1999
IV Encontro Nacional de Processualistas, promovido pelo Departamento de Direito /UFU em 11/2000	2000
Curso: Metodologia da Pesquisa Científica – Jurídica, promovido pelo Instituto Internacional de Direito – São Paulo	2000
Encontro Regional do Ministério Público na Comarca de Uberlândia/MG -	2001
1ª Semana Jurídica da Faculdade de Atenas – “Nova parte geral do Código Civil Brasileiro	2002
3º Setor e a Construção de Paradigma de responsabilidade, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso – CRCMT	2003
Palestra: O Estatuto da Criança e do Adolescente: a Lei e a realidade, proferida pelo Dr. Olympio de Sá Sotto Mayor Neto realizado pela Associação Mineira do Ministério Público – Uberlândia	2003
Curso: “Direito Eleitoral” – Extensão	2004
Encontro Regional de Uberlândia, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais	2004

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Encontro Regional de Uberlândia, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF – Belo Horizonte/MG	2006
2º Simpósio de Procuradores e Promotores de Justiça da área Criminal de Minas Gerais, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Promotorias Criminais de Execução Penal do Tribunal do Juri e Auditoria Militar – CAOCrim – Belo Horizonte/MG Belo Horizonte/MG	2007
Seminário Macrorregional das Fundações, promovido pela Promotoria Especializada de Fundações – Uberlândia	2007
Encontro Regional de Uberlândia, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF – Belo Horizonte/MG	2007
VIII Encontro de Conselhos do Patrimônio Cultural do Alto Paraopeba e do Seminário “O papel do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural”, realizado pela Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco – Belo Horizonte/MG	2007
1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, realizado na casa dos Conselhos em Uberlândia	2008
Audiência Pública, promovido pela Coordenadoria de Planejamento Institucional - COPLI - em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAFF – Belo Horizonte/MG	2008
III Encontro de Direito Público – ENDIRP e VII Seminário de Pesquisa Jurídica – SPJ, promovido pela Faculdade de Direito/FADIR	2008
V Encontro Regional Integrado AGE, MP e SEF, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais – Uberlândia	2009
IV Encontro de Direito Público (ENDIRP) e VIII Seminário da Pesquisa Jurídica (SPJ), promovido pela FADIR/UFU	2009
IV Seminário de Políticas Públicas de Prevenção e Tratamento de Dependência Química, promovido pela Câmara Municipal de Uberlândia, em 24/02/2010	2010
V Seminário de Políticas Públicas de Prevenção e Tratamento de Dependência Química- Redução de Danos, promovido pela Câmara Municipal de Uberlândia, em 29/06/2010	2010
Workshop de Construção do Planejamento do Ministério Público de Minas Gerais, promovido pela PricewaterhouseCoopers – Belo Horizonte-MG	2011
Curso: SRU 2012 – Turma Patos de Minas 29/08, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Belo Horizonte/MG – 2012	2012

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Curso: Recursos no Processo Penal, promovido pelo CEAF por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG	2012
Encontro Regional de Uberlândia, promovido pelo CEAF – Belo Horizonte-MG	2012
XXI Encontro Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito – Uberlândia	2012
alestra: Investigação Genética no Processo Penal: Onde estamos e pra onde vamos?, ministrado pelo Promotor de Justiça de Minas Gerais Wagner Marteleto Filho, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público	2012
VI Fórum Jurídico Direito Civil Constitucional, promovido pelo Centro Universitário de Patos de Minas	2013
Curso Noções de Composição de Conflitos, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional em parceria com a ENAM – Belo Horizonte /MG	2013
Palestra: Análise Jurídica da Economia, promovido pela FADIR	2013
I Seminário de Direito Tributário, organizado pelo Curso de Mestrado em Direito Público da Faculdade de Direito	2013
Seminário Eleitoral, realizado pelo CEAF– Belo Horizonte/MG	2014
Ação Educacional “Atuação do Ministério Público nas eleições 2014”, realizado pelo CEAF	2014
Curso: Encontro sobre tratamentos de conflitos no Juizado Especial Criminal, promovido pelo CEAF por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG	2014
Curso: Eficiência no Atendimento ao Cliente – turma II, promovido pelo CEAF, por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG	2014
Curso: “Trabalhando com competências e Metodologias Ativas no Ensino Superior”, realizado pela Faculdade Presidente Antônio Carlos de Araguari, em 11/12/2014	2014
I Encontro de Docentes do Ensino Jurídico, realizado pela OAB/MG – Uberlândia/MG	2015
Curso Básico de Mediação – Mediação Uberlândia, realizado pelo EAF – Belo Horizonte/MG	2015
Ciclo Regional de Debates/Uberlândia, no Encontro de Juizes e Promotores Eleitorais – TRE – Belo Horizonte/MG	2015

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Capacitação para o Comitê de Ética IMEPAC: Histórico de pesquisas com seres Humanos; Resolução CNS 466/12; Norma Operacional Sist. CEP/CONEP 001/2013; Principais pendências éticas; Biobancos/ Biorrepositórios e Plataforma Brasil, no Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – Araguari/MG	2015
Ação Educacional Mini Curso: Processo Judicial Eletrônico – Encontro Regional de Uberlândia – realizado pelo CEAF	2015
Ação Educacional Mini Curso: Tutela Provisória, Demandas Repetitivas e Sistema Recursal no NCPC – Encontro Regional de Uberlândia – realizado pelo CEAF	2015
VI Fórum Jurídico, promovido pelo Curso de Direito	2016
Encontro de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento dos Núcleos Estruturantes (NDE's), promovido pelo Instituto Master – IMEPAC. 2016	2016
Oficina Pedagógica 1: Jogos em Ambientes Interativos, promovido pelo Instituto Master – IMEPAC. 2016	2016
Curso: Teoria Geral do Processo Eleitoral – TGPE Auto ‘, promovido pelo CEAF – Belo Horizonte-MG.	2016
III Curso de Docência Universitária, promovido pela Diretoria de Ensino – UFU	2016
Seminário Eleitoral em Pauta – promovido pelo TRE - Uberlândia-MG. 2017	2017
XI Simpósio de Procuradores e Promotores de Justiça da Área Criminal do Estado de Minas Gerais. Realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais, na Escola virtual do Ministério Público de Minas Gerais em 04/06 a 10/08/2018	2018
Oficina Pedagógica IMEPAC: Role Play.Role Play – Desvendando Possibilidades, promovida pelo E-LABORE e NAAP do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC – Araguari, em 10/04/2019	2019
Oficina Pedagógica IMEPAC: Ferramenta Canva. Professor Influenciador Digital – Ferramenta Canva , promovida pelo E-LABORE e NAAP do Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos – IMEPAC – Araguari, em 10/04/2019	2019
1º Webinário da AMMP: “Temas Atuais em Direito Administrativo.Temas atuais	2020
Curso Lei Anticrime, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público	2020
Encontro Nacional de CEP – ENCEP. Comitês de Ética, realizado pelo ENCEP – Brasília/DF	2020

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Ensino Híbrido do IMEPAC: Modelagem e Desenvolvimento, realizada pelo e-LABORE em conjunto com a CEaD	2020
Ensino Híbrido do IMEPAC: Modelagem e Desenvolvimento 2021-1, promovido pelo e-LABORE	2020
Curso Estratégia de ensino a distância 1. 2020, produzido pela Foreducation EdTech	2020
Curso Estratégia de ensino a distância 2. 2020, produzido pela Foreducation EdTech	2020
Curso: Aprendizagem por projetos com Google Classroom. 2020, produzido pela Foreducation EdTech	2020
Curso: Google Formulários 2 e Rubricas de avaliação. 2020, produzido pela Foreducation EdTech	2020
Google Trends: pesquisa e segmentação. 2020, produzido pela Foreducation EdTech	2020
Curso: Redação Oficial – Redação Oficial – T5 A, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Belo Horizonte/MG	2020
Curso: SRU Eletrônico 1/2020. Autoinstrucional, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Belo Horizonte/MG	2020
Maratona de Direitos Fundamentais – CDDF, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público	2021
Curso de Aperfeiçoamento: EAD Desafios para as Eleições 2022	2022
Segurança do Processo Eletrônico de Votação	2022
Curso: Autoinstrucional – Sistema Eletrônico de Execução Unificado SEEU – turma 1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG– c/h: 5h – 08/2023	2023
Curso: Mpe Judicial, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 36h – 06/2023	2023
Curso: Autoinstrucional – Unidades de Conservação – Unidades de Conservação – Turma 1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 44h – 06/2023	2023

<u>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS – CURSOS</u>	<u>ANO</u>
Curso: Autoinstrucional – Proteção Jurídica do Patrimônio Cultural – Patrimônio Cultural – T1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 12h – 06/2023	2023
Curso: MPE Extrajudicial, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 10h – 06/2023	2023
Curso: Autoinstrucional – Gestão Documental – AI – Gestão Documental – turma 1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 10h – 05/2023	2023
Curso: Autoinstrucional – Aspectos Práticos dos procedimentos investigatórios – turma 1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 5h – 05/2023	2023
Curso: Capacitação e atualização relacionados à estrutura e atuação do MP- Autoinstrucional – Ministério Público e Atuação Criminal – T1/2023, promovido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), por meio da Escola Virtual – Belo Horizonte/MG – c/h: 10h – 05/2023	2023
Curso: Dialogando sobre a Lei Maria da Penha – turma 1, na modalidade a distância, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro – Brasília/DF em 14/06 a 10/07/2023 – c/h: 60h	2023
Curso: Assédio Moral e Sexual no Trabalho – turma 1, na modalidade a distância, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro – Brasília/DF em 15 a 29/05/2023 – c/h: 6h	2023
Curso: Direito Eleitoral – turma 1, na modalidade a distância, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro – Brasília/DF em 15/05 a 14/06 – c/h: 40h	2023
7ª Jornada do Sistema CEP/CONEP, de forma remota, promovida Comissão de Ética em Pesquisa – Brasília, em 18/05/2023 – c/h: 3h	2023
Ação Educacional “Segunda 18h – O dolo na improbidade”, realizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), em 19/09/2022 – c/h: 1h	2023
Evento: Antes do Voto: Segurança do Processo Eletrônico de Votação, realizado pela Escola Judiciária Eleitoral em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais – Belo Horizonte/MG, em 31/05/2022 – c/h: 2h	2023
Participação no Treinamento Regional do Sistema CEP/CONEP, realizado em 18 e 19 de setembro, na cidade de Manaus/AM	2023

<u>OUTRAS PARTICIPAÇÕES</u>	<u>ANO</u>
Participação como delegado no 1º Congresso Mineiro de Educação – Encontro Estadual da 26ª DRE, realizado em Belo Horizonte-MG em 03 a 07/10/1983	1983
Estagiário do Ministério Público perante a 1ª Promotoria da Justiça da Comarca de Araguari – Período: 13/06/1989 a 13/01/1990	1990
Publicação na Revista Fundação – órgão oficial de divulgação da Fundação Maçônica Manoel dos Santos – no IX, Edição nº 19, março de 2002, pág. 16 e 17	2002
Responsável, F. L. G. M. J.; Flávio Moreira (Edição e Produção); Paschoal Lorecchio (Participante efetivo e Apresentador) Edson Magno (Participante efetivo); Fábio Araújo (Participante efetivo); NOGUEIRA, M. A. Jornal da Justiça	2007

Fonte: Elaboração do autor, 2023

5.6. Gestão

Nas Instituições Públicas as legislações, resoluções e processos administrativos são criadas pelos Conselhos Superiores que operacionalizam os dispositivos legais que regularizam o andamento da Universidade como um todo. Essa estrutura é coordenada pela maioria de seus docentes, que passam a dividir sua carga-horária entre o ensino, a pesquisa ou extensão e a gestão. Quase que em sua totalidade, algum docente já alguma vez em seu percurso passou por alguma experiência administrativa, que de uma forma ou outra aprende gestão, seja na sua Unidade Acadêmica ou nos Conselhos Superiores.

Relatei no início desse memorial que quando ingressei na UFU em 1993 a Universidade estava estruturada em três Centros: CETEC, CEBIM e o CEHAR. Já no início do ano 2000, a UFU passou por um novo Estatuto, sendo a principal pauta do CONSUN seu Regimento Geral, dando base para os Regimentos das Unidades Acadêmicas. A partir daí nós docentes e técnicos administrativos passamos a nos envolver um pouco com a gestão, inexoravelmente.

Foram momentos de novas aprendizagens, novos desafios que por sinal não foram tão simples, mas de qualquer forma, estamos aprendendo paulatinamente sobre gestão e sendo compelidos a interagir diante dos processos administrativos que passaram a ser informatizados, controlados pelo governo e na sua maioria disponíveis ao público em geral e sendo realizados em grande parte pelo docente.

Sobre atividades de gestão realizadas por mim, destaco as seguintes:

- Membro de banca de Concurso Público para provimento de pessoal Técnico Administrativo, cargo Advogado – Portaria nº 001-A/PROREH/96 de 21 de junho de 1996;
- Membro da Banca Examinadora de Processo Seletivo de Exame de Suficiência para Transferência Externa para a Faculdade de Direito da UFU, em 1997;
- Membro de Comissão de elaboração do Regimento Interno da FADIR em 2000;
- Coordenador do Núcleo de Produção Científica da Faculdade de Direito no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2003;
- Membro de Comissão com objetivo de verificar a legislação e normas sobre frequência de professores para elaboração de regulamento interno – Portaria nº03/2003 de 12/03/2003;
- Membro de Comissão Especial de Pós-Graduação Stricto Sensu para elaborar o Projeto do Curso de Mestrado da FADIR – Portaria nº 44/2005 de 13/12/2005;
- Membro de Comissão Especial para coordenar, organizar e supervisionar a Consulta Eleitoral – Portaria nº 32/2010 de 23/04/2010;
- ◆
- ◆ • Membro de Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo – Portaria R nº 1180 de 08/11/2010;
- Membro de Comissão Especial para coordenar, organizar e supervisionar a Consulta Eleitoral – Portaria nº 32/2010 de 23/04/2010;

- Membro de Comissão para realizar Processos Seletivos de candidatos ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito - Curso de Mestrado em Direito Público da Faculdade de Direito Prof. Jacy de Assis em 2011;
- Membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, convocado pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2012 – Portaria R nº 379 de 27/03/2012;
- Membro de Comissão avaliadora de estágio probatório de J. M. C. A. – Portaria nº 17/2014 de 15/02/2014;
- Membro de Comissão de apuração dos supostos ilícitos envolvendo a conduta do candidato B. B. P. aprovado no Curso de Doutorado – PPGCS/FAMED- turma 2014;
- Membro suplente da Comissão de Afastamento para qualificação profissional docente da Faculdade de Direito, em 2015;
- Membro da Comissão de Avaliação de Progressão Horizontal de L. C. S em 2016;
- Membro da Comissão de Estágio Probatório-CONFADIR em 2017 – Portaria nº 03/2017 de 30/01/2017;
- Membro de Comissão Especial para coordenar, organizar e supervisionar a Comissão Eleitoral na FADIR, visando a lista tríplice para a escolha do Diretor – biênio: 2018/2022 – Portaria nº 34/2018 de 25 de abril de 2018;
- ◆ • Membro de Comissão Eleitoral – Edital de Eleição FADIR nº 01/2019 – Portaria FADIR nº 06 de 02 de maio de 2019;
- Membro de Comissão para Avaliação do Pedido de Redistribuição de Docente do Magistério Superior – Portaria DIRFADIR nº 04/2019 de 12 de março de 2019;
- Membro de Comissão para Avaliação do Pedido de Redistribuição de Docente do Magistério Superior – Portaria DIRFADIR nº 05/2019 de 15 de março de 2019;

- Parecerista no CONFADIR do recurso aviado por E. H. F. – Despacho Decisório nº 6/2020/CONFADIR/FADIR em 12/2020;
- Parecerista no CONFADIR do recurso aviado por B. F. O. – Despacho Decisório nº 7/2020/CONFADIR/FADIR em 12/2020;
- Parecerista no CONFADIR Contra decisão do Colegiado do Programa de Mestrado em Direito interposto pela candidata D. M. A. – Despacho nº 12/2020 em 12/2020;
- Membro de Comissão para avaliar as etapas de Estágio Probatório do Docente A. G. F. – Portaria DIRFADIR nº 42 de 10/11/2020;
- Membro da Comissão Eleitoral para subsidiar elaboração de lista tríplice para a escolha de Diretor (a)
 - ◆ - Gestão 2022- 2026, conforme Portaria DIRFADIR nº 54, de 08 de junho de 2022;
- Membro da Comissão Especial para realizar o processo de abreviação do tempo de duração de Curso referente ao Edital DIRFADIR Nº 05/2023.

5.6.1. Membro de Conselho

- Representante Docente no Conselho da Faculdade de Direito, para um mandato de 2 anos- Janeiro de 2001 a Janeiro de 2003;
- Representante Docente no Conselho da Faculdade de Direito, para um mandato de 2 anos – 05/2017 a 05/2019;
- Pesquisador da obra “Membros ilustres do Ministério Público de Minas Gerais, publicada pelo Conselho Curador do Memorial do ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 2013;

- Representante Docente no Conselho da Faculdade de Direito, entre 04 de novembro de 2020 e 03 de novembro de 2022;
- Membro do Conselho Curador do Memorial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – de 06/05/2009 a 06/12/2012 – Portaria PGJ n° 950 de 06/05/2009.

5.6.2. Membro do Colegiado

- Representante Docente no Colegiado do Curso de Direito no período de Junho a Outubro de 2010;
- Representante Docente no Colegiado do Curso de Graduação em Direito desde 01/12/2022 com término previsto para 30/11/2024.

5.6.3. Membro do Comitê de Ética

Sou membro do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário IMEPAC de Araguari, desde 03 de julho de 2013 até a presente data.

Em uma simplória e pública explicação, o CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, conforme site: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1>



No Meio do Caminho

No meio do caminho tinha uma
pedra
tinha uma pedra no meio do
caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma
pedra.

Nunca me esquecerei desse
acontecimento
na vida de minhas retinas tão
fatigadas.

Nunca me esquecerei que no meio
do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do
caminho
no meio do caminho tinha uma
pedra

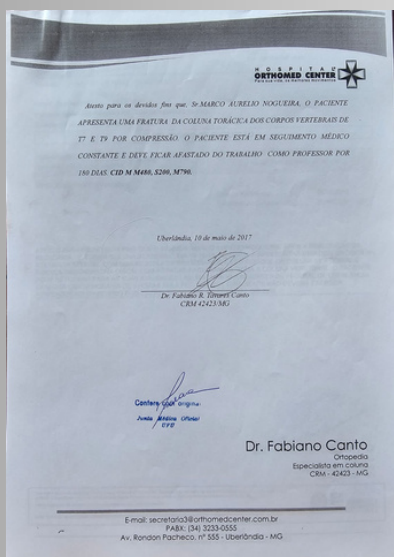
*Carlos Drummond de
Andrade(1928)*

6. LICENÇA

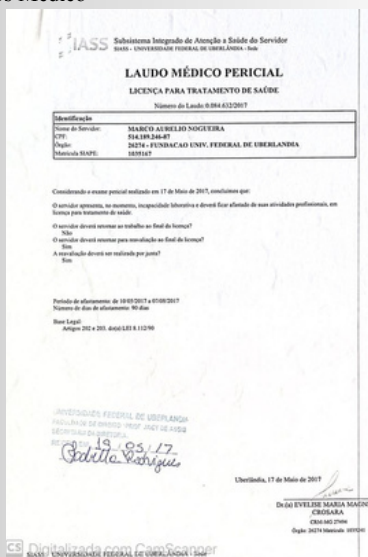
As pedras mencionadas no poema de Carlos Drummond podem ser interpretadas como obstáculo ou como um acontecimento marcante em algum momento na vida de qualquer pessoa. E comigo não foi diferente e é sobre esse obstáculo que narrarei agora.

Não poderia deixar de registrar esse período que faz parte de minha história e que desde 2017 consta em meus relatórios de avaliação docente. Como é de se notar, minha carga-horária de Ensino a partir desta data diminuiu. Tudo começou em maio de 2017, com problemas crônicos na coluna, passei por médico especialista o qual apresentou no atestado: “fratura da coluna torácica dos corpos vertebrais de T7 e T9 por compressão” ... “CID M M480, S200, M790”. Em seguida, fui submetido à Junta Médica da Universidade e fui afastado de minhas atividades como docente, inclusive das atividades do Tribunal do Júri, exercidas como Promotor de Justiça.

Figuras 15: Laudos Médico



Fonte: Atestado do Hospital Orthomed Center – 10mai2017



Fonte: Laudo Médico Pericial do SIAAS – UFU – 17mai2017

LAUDO MÉDICO PERICIAL

AVALIÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA FINS DE READAPTAÇÃO

Número do Laudo: 0.087.290202

Identificação
Nome do Servidor: MARCO AURELIO NOGUEIRA
CPF: 014.188.246.87
Orgão: UFPA - FUNDACAO UNIV. FEDERAL DE UBERLANDIA
Matrícula SIAPE: 8851847

Considerando o exame pericial realizado em 05 de Fevereiro de 2020, concluiu-se que:
O servidor apresenta, no momento, limitação na sua capacidade laborativa para o desempenho das atribuições de seu cargo, devendo ser readaptado em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a sua limitação.

Atribuições que não podem ser exercidas:
- Não exercer as tarefas "Ministrando aulas para turmas de graduação"
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas

A partir dessas restrições, sugerindo-se as seguintes adaptações:

Observação:
RESTRICÇÕES: O presente laudo não exclui a possibilidade de ser admitido no cargo 0.144.880/2017.
Atribuições de natureza de ensino (leitura, planejamento, etc.), não são consideradas para fins de readaptação, exceto quando houver a necessidade de ser admitido no cargo 0.144.880/2017.

Bom Legal!
Artigo 24 Artigo 121 e 122/90

Uberlândia, 05 de Fevereiro de 2020

D. (Dr.) JOAO MATEUS DA SILVA
CRM-MG 17140
Orgão: 20279 Matrícula: 412777

D. (Dr.) WALDIR NEVES
CRM-MG 12718
Orgão: 20279 Matrícula: 102718

D. (Dr.) SERGIO AUGUSTO GORGATO MALER
CRM-MG 12718
Orgão: 20279 Matrícula: 229629

Fonte: Laudo Médico Pericial do SIAAS
- UFU - 05fev2020

LAUDO MÉDICO PERICIAL

AVALIÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARA FINS DE READAPTAÇÃO

Número do Laudo: 0.144.880/2017

Identificação
Nome do Servidor: MARCO AURELIO NOGUEIRA
CPF: 014.188.246.87
Orgão: UFPA - FUNDACAO UNIV. FEDERAL DE UBERLANDIA
Matrícula SIAPE: 8851847

Considerando o exame pericial realizado em 21 de Novembro de 2017, concluiu-se que:
O servidor apresenta, no momento, limitação na sua capacidade laborativa para o desempenho das atribuições de seu cargo, devendo ser readaptado em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a sua limitação.

Atribuições que não podem ser exercidas:
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas
- Não ser responsável por aulas práticas
- Não ser responsável por aulas teóricas

A partir dessas restrições, sugerindo-se as seguintes adaptações:

Observação:
RESTRICÇÕES: O presente laudo não exclui a possibilidade de ser admitido no cargo 0.144.880/2017.
Atribuições de natureza de ensino (leitura, planejamento, etc.), não são consideradas para fins de readaptação, exceto quando houver a necessidade de ser admitido no cargo 0.144.880/2017.

Bom Legal!
Artigo 24 Artigo 121 e 122/90

Uberlândia, 21 de Novembro de 2017

D. (Dr.) WALDIR NEVES
CRM-MG 12718
Orgão: 20279 Matrícula: 102718

D. (Dr.) JOAO MATEUS DA SILVA
CRM-MG 17140
Orgão: 20279 Matrícula: 412777

D. (Dr.) SERGIO AUGUSTO GORGATO MALER
CRM-MG 12718
Orgão: 20279 Matrícula: 229629

Fonte: Laudo Médico Pericial do SIAAS
- UFU - 21nov2017

- 1º Laudo: 10/05/2017: Atestado do Hospital Orthomed Center: “... deverá ficar afastado do trabalho como professor por 180 dias CID M M480, S200, M790”;
- 2º Laudo: Laudo: 0.084.632/2017 de 17/05/2017: De 10/05/2017 a 07/08/2017 afastado por 90 dias por apresentar: “incapacidade laborativa”;
- 3º Laudo: 0.144.880/2017 – Avaliação da Capacidade Laborativa para fins de readaptação de 21/11/2017: “O servidor apresenta no momento, limitação na sua capacidade laborativa para o desempenho das atribuições de seu cargo, devendo ser readaptado em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a sua limitação”. Uma das restrições é de “ministrando aulas – mais que seis horas-aula por semana”, ficando uma reunião reagendada em 23/11/2017.

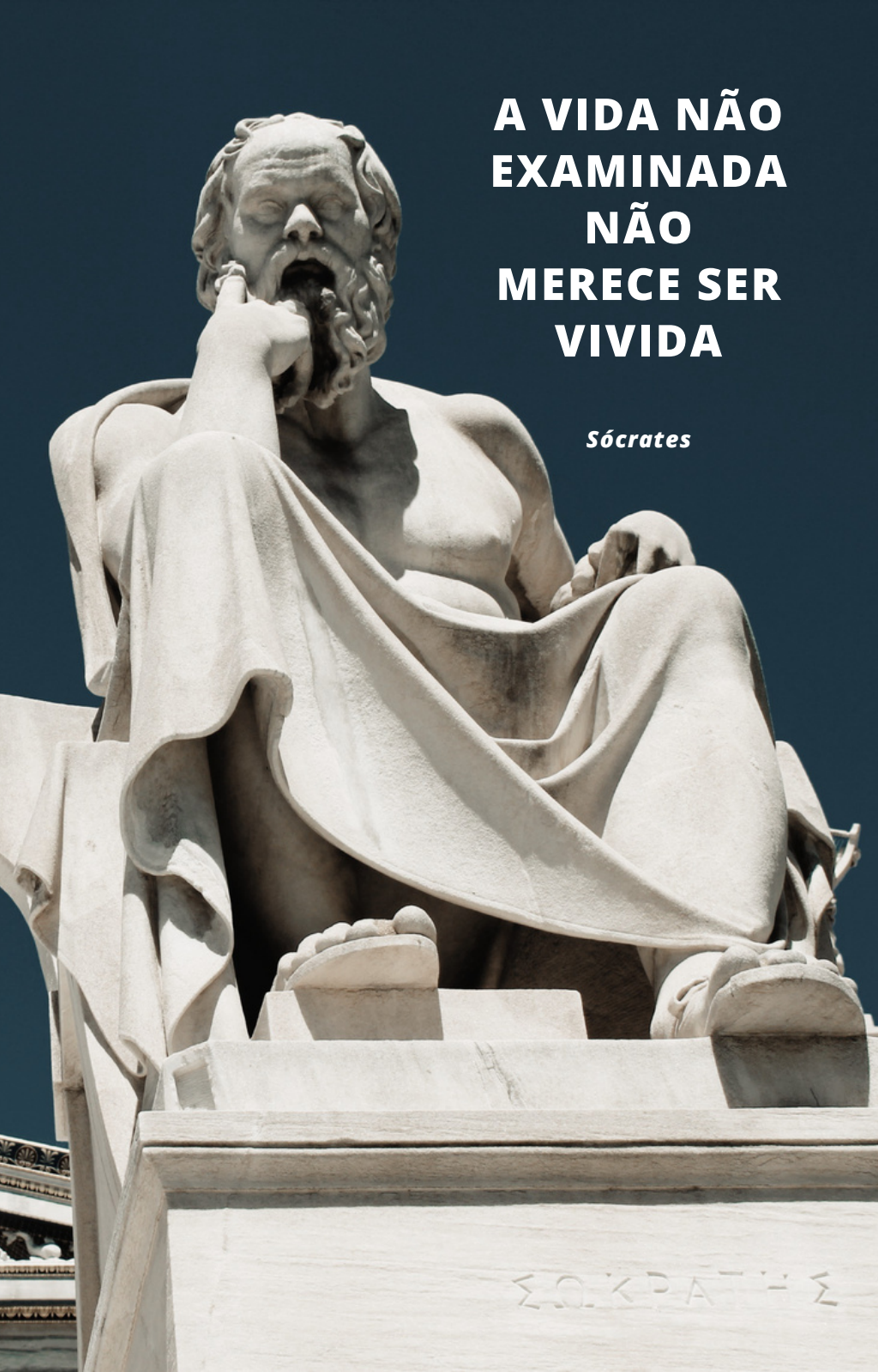
Na reunião esteve presente a Coordenadora do Curso de Direito e um representante da PROGEP. “Na ocasião a Chefia Superior aquieceu com o exercício Laboral do servidor das suas subordinações por propor acatar as limitações propostas pela Junta Médica acima descritas no item A. Ciência dos participantes nessa reunião de readaptação do dia 23/11/2017”

- 4º Laudo nº 0.017.290/2020 de 05 de fevereiro de 2020 do SIASS – Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor – Laudo Médico Pericial referente avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação. *“Considerando o exame pericial realizado em 05 de fevereiro de 2020, concluímos que: O servidor apresenta, no momento, limitação na sua capacidade laborativa para o desempenho das atribuições de seu cargo, devendo ser readaptado em cargo de atribuição e responsabilidade compatíveis com a sua limitação; Atribuições que não podem ser exercidas: vide restrições no campo “observação; Atribuições que podem ser exercidas: As do cargo, ressalvadas as restrições; Recomendações específicas: A junta considera as restrições definitivas, dispensando reavaliações futuras - Observação: RESTRIÇÕES (permanecem inalteradas aquelas estabelecidas no laudo 0.144.880/2017): Atividades de sobrecarga da coluna lombar (carregar pesos, fletir ou hiperestender a coluna lombar, ortostase contínua – como por exemplo mais que seis-horas por semana). Base Legal: Artigo 24 do(a) LEI 8.112/90”.*

Desde então, eis-me aqui seguindo em frente com esta “pedra no caminho” e nunca me esquecendo de que “quando a gente acha que sabe todas as respostas, vem a vida e muda todas as perguntas”!

Luis Fernando Veríssimo




A marble statue of Socrates, seated and holding a cup to his lips. The statue is set against a dark blue background. The text is overlaid on the right side of the image.

**A VIDA NÃO
EXAMINADA
NÃO
MERECE SER
VIVIDA**


Sócrates

ΣΟΚΡΑΤΗΣ

Figura 17. Tabela A2.1 – Pontuação de referência da Carreira do Magistério Superior



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**



ANEXO 2

**TABELA A2.1 - PONTUAÇÃO DE REFERÊNCIA* DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR PARA
DOCENTES NO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA E 40 HORAS**

Classe	Denominação	Titulação	Nível			
			I	II	III	IV
A	Auxiliar	G, A ou E	-	600	-	-
	Assistente A	M	-	610	-	-
	Adjunto A	D	-	630	-	-
B	Assistente	G, A ou E	620	630	-	-
	Assistente	M	630	650	-	-
	Assistente	D	650	670	-	-
C	Adjunto	G, A e E	640	650	660	670
	Adjunto	M	660	680	700	720
	Adjunto	D	700	730	760	790
D	Associado	D	840	880	920	960
E	Titular	D	1000			

Fonte: Resolução nº 03/2017 do CONDIR. Acesso em 28/09/2023

Aporte nas arcadas da Faculdade de Direito no idos anos 90, com muito fôlego, com foco no que queria, vivenciando muitos momentos. Momentos de greves, tanto locais, quanto nacionais, o REUNI, mudanças de Reitores, mudanças de Diretores e de Coordenadores de Cursos. Presenciei abertura de novos campi, novos cursos na Universidade, muitos concursos, processos seletivos para docentes e técnico-administrativos e principalmente, o agradável aumento de ingresso de alunos.

Passamos por um período de 2 anos de pandemia mundial, períodos estes de grande aprendizado, principalmente no ensino com aulas síncronas e assíncronas. Aprendi muito em todos os períodos e, acredito que mesmo com minhas limitações físicas, busquei contribuir de forma suficiente e ter a sensação do dever cumprido até aqui.

Diante das minhas atividades que resumi neste memorial, consegui responder meus questionamentos colocados na introdução:

“Como me direcionei para o campo do Direito?”

“Como me formei Docente e como me tornei Promotor de Justiça?”

Sim, minhas atividades já respondem a questão e, se o objetivo maior da academia é sair de seus muros para atingir a sociedade... assim eu humildemente tentei fazer!

As atividades como Promotor de Justiça foram e estão sendo desempenhadas também com qualidade e zelo com plena consciência das enormes responsabilidades envolvidas. E sem falar das homenagens e prêmios recebidos, isso assinala o reconhecimento do trabalho que realizei com amor e dedicação. Ao lado dessa expectativa tenho consciência da responsabilidade institucional que devo assumir no sentido de continuar contribuindo para o desenvolvimento da instituição no ensino, na pesquisa ou na extensão e na gestão.

Mesmo diante dessa “pedra no meu caminho”, as atividades por mim exercidas até aqui seja como Professor ou como Promotor de Justiça, não determinam pelo quantitativo ou qualitativo do que realizamos ao certo. E nessa linha de raciocínio, fico pensando os esforços envidados por entre as paredes, na preparação das aulas; nas horas dedicadas nas orientações, sendo cada orientando com sua linha de raciocínio diferente; nas concentrações em reuniões seja de conselhos, de comissões diversas; nas preparações de pareceres; sem deixar de pensar nos discentes aqueles que não ficam sintonizados nas aulas, aqueles que ao longo do semestre desistem; como deixar de lado as políticas de desvalorização do trabalho docente e isso inclui no nosso dia a dia. Como já falei em outro momento, de que de um certo período para cá, nós docentes sobrecarregamos de trabalhos burocráticos advindos da tecnologia que se expande. É muito peso no que realizamos.

Mas, por outro lado, o qualitativo ou quantitativo não evidencia também o lado positivo de uma aula bem ministrada, ver nossos orientandos empenhados nas suas pesquisas, ver a satisfação de um aluno ao concluir a defesa de sua pesquisa, ver nossos orientandos publicando, ver nossos ex-estudantes passando em concursos, se profissionalizando, ah... isso me transborda de orgulho!

Hoje estar em uma Instituição gratuita e de qualidade reforça a continuidade de meu envolvimento, pois eu sou parte dessa 'qualidade', na formação do ser como um todo. Enfim, colocar vida neste memorial, foi um desafio pelo qual resolvi enfrentar e eis ele aqui a ser apreciado e avaliado pelos meus pares.

Eis as minhas contribuições resumidas em um volume chamado memorial descritivo. Assino este com meus semblantes: quando iniciei na UFU e o atual:

Figura 18. Fotos do autor



Fonte: Arquivo do Autor

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANDRADE. Carlos Drummond. No meio do caminho. Disponível <<https://www.culturagenial.com/poema-no-meio-do-caminho-de-carlos-drummond-de-andrade/>>. Acesso em 01 out. 2023.

BRASIL, Código Civil, 1916 - Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071.htm> Acesso em 03nov2023.

BRASIL, Código Civil, 2002 - LEI nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em < chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=247357&filename>. Acesso em 03nov2023.

BRASIL, Lei 10.741/03 - Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 03nov2023.

BRASIL, Lei 11.340/2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 03nov2023

BRASIL, Lei 12.852/13 - institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm> Acesso em 03nov2023

BRASIL, Lei 13.146/15 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 03nov2023

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). PORTARIA Nº 982, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013. Estabelece as diretrizes gerais para fins de promoção à Classe E, com denominação de Professor Titular da Carreira do Magistério Superior e classe de Titular da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Diário Oficial da União – seção 1, p. 12-13. Nº 194 de 07 de outubro de 2013. Disponível em <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/10/2013&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=144>>. Acesso em 12/07/2023.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

UFU. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. RESOLUÇÃO Nº 03/2017, DO CONSELHO DIRETOR. Regulamenta a avaliação docente no que se refere à Progressão, à Promoção e à Aceleração da Promoção nas Carreiras de Magistérios Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Pessoal Docente da Universidade Federal de Uberlândia, via avaliação de desempenho. Disponível em <http://www.progep.ufu.br/sites/proreh.ufu.br/files/conteudo/legislacao/leg_atacondir-2017-3.pdf>. Acesso em 12/07/2023.

UFU. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. RESOLUÇÃO Nº 05/2018, DO CONSELHO DIRETOR. Altera a Resolução nº 03/2017, do Conselho Diretor, que regulamenta a avaliação docente no que se refere à Progressão, à Promoção e à Aceleração da Promoção nas Carreiras de Magistérios Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Pessoal Docente da Universidade Federal de Uberlândia, via avaliação de desempenho, e dá outras providências. Disponível em <<https://ufu.br/search/google/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Condir%20n%C2%BA%2005/2018#gsc.tab=0&gsc.q=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Condir%20n%C2%BA%2005%2F2018>>. Acesso em 12/07/2023

1- Parecer do Relatório de Promoção



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Faculdade de Direito
 Diretoria da Faculdade de Direito
 Comissão de Avaliação Docente da Faculdade de Direito
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3D, Sala 307 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
 CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4226 - www.fadir.ufu.br - fadir@ufu.br



PARECER Nº 18/2023/CADFADIR/DIRFADIR/FADIR
PROCESSO Nº 23117.073570/2023-10
INTERESSADO(S): MARCO AURELIO NOGUEIRA
ASSUNTO: Promoção para Professor Titular

PERÍODO: 01/01/2022 À 01/01/2024.

RELATÓRIO: 01/01/2022 À 11/10/2023

I. RELATÓRIO

O Professor **MARCO AURÉLIO NOGUEIRA**, lotado nesta Unidade Acadêmica em regime de 40 horas sem dedicação exclusiva, requereu à sua direção em 11 de outubro de 2023 a instauração de procedimento visando à avaliação do seu relatório de atividades docentes produzidas no interstício de 01 de janeiro de 2022 a 11 de outubro de 2023 para fins de promoção na carreira docente, da classe D, nível IV (Professor Associado) para classe E (Professor titular), referente ao interstício de 01/01/2022 à 01/01/2024.

Foi devidamente juntado aos autos histórico para classificação na carreira docente, emitido pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Divisão de Provedimento Acompanhamento da Carreira Docente (PROGEP/DIPAD), onde consta a última progressão do Requerente em 01 de janeiro de 2022, bem como confirma que o interessado está enquadrado como "professor D4, com doutorado, atendendo o requisito básico para progredir para Titular. (Doc. 4895681)

II. FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o disposto no art. 7º da Resolução nº 3/2017 do Conselho Diretor desta Universidade (CONDIR/UFU), para a promoção da classe de professor associado IV para a classe de professor titular da carreira de magistério superior deverá o docente demonstrar "efetiva dedicação institucional ao ensino, gestão, extensão ou pesquisa", atuando, obrigatoriamente, no ensino e na extensão ou no ensino e na pesquisa e atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - possuir título de Doutor;
- II - estar há, no mínimo, 24 meses no último nível da Classe de Professor Associado, conforme a data da última progressão constante do histórico do docente emitido pela PROGEP/DIPAD;
- III - aprovação de Relatório de Atividades pela Unidade, devendo obter pontuação mínima no interstício de 24 meses, conforme Anexo 2; e
- IV - lograr aprovação, por Comissão Especial, de:
 - a) apresentação e defesa pública, presencial ou a distância, via web, de Memorial de acordo com o Anexo 5 desta Resolução (...) ou;
 - b) apresentação e defesa pública de Tese acadêmica inédita, presencial ou à distância, via web, elaborada e defendida especificamente para a finalidade

dessa promoção.

Constata-se da leitura do dispositivo acima transcrito que a promoção para a classe de professor titular passa por duas etapas ou fases, sendo a primeira delas realizada por esta Comissão de Avaliação de Desempenho que exercerá o juízo de admissibilidade da pretensão do interessado; admitida esta, seguirá o procedimento sob a regência de uma **Comissão Especial** que avaliará - por opção do interessado - o memorial de sua vida funcional ou uma tese acadêmica inédita de sua autoria, elaborada e defendida especificamente para a finalidade dessa promoção.

Assim, analiso, inicialmente, o atendimento pelo interessado às exigências contidas no art. 7º, inciso I da Resolução nº 3/2017-CONDIR/UFU:

I - Possuir o título de doutor:

Embora o interessado não tenha juntado aos autos o comprovante de atendimento a essa exigência, confirma o relatório da data da última progressão na carreira docente expedido pela DIPAD (doc. 4895681) que ele tem o título de Doutor. Antes disso, porém, a própria classificação dele como "professor associado" (também comprovada no documento mencionado), induz à conclusão de que ele tem o título de doutor.

II - Estar há, no mínimo, 24 meses no último nível da classe de professor associado, conforme a data da última progressão constante do histórico do docente emitido pela PROGEP/DIPAD:

No já referido "relatório da data da última progressão" emitido pela DIPAD (doc. 4895681) consta que o interessado se encontra desde o dia 01 de janeiro de 2022 no nível D4, em regime de trabalho de 40 horas, com o título de doutor, o que prova o atendimento a essa segunda exigência, pois o seu pedido foi formalizado no dia 11 de outubro de 2023, permitida a antecipação pelo art. 3º § 4º da Resolução nº 3/2017-CONDIR/UFU;

III - Aprovação de relatório de atividades pela Unidade, devendo obter pontuação mínima no interstício de 24 meses, conforme Anexo 2 à Resolução nº 3/2017-CONDIR/UFU:

O interessado elaborou o relatório das atividades docentes por ele realizadas no intervalo de 01 de janeiro de 2022 a 11 de outubro de 2023, com indicação de 2.442,3 pontos, o que é suficiente para o pleito em questão, destacando-se que o mínimo previsto na norma em destaque para a promoção pretendida é de 1.000 (mil) pontos.

Das demais exigências:

Quanto ao pressuposto positivo estabelecido no art. 7º da Resolução em destaque, de que o docente interessado a ser promovido para a classe de professor titular tenha demonstrado "efetiva dedicação institucional ao ensino, gestão, extensão ou pesquisa", verifica-se que o docente cumpriu o presente requisito, tendo em vista as atividades de ensino, gestão e pesquisa comprovadas pelo requerente nos 24 meses de atividades do interstício. Quanto a análise do pressuposto no período global de trabalho do docente, será aferido pela Comissão Especial a ser criada para avaliação acurada ao longo de sua carreira docente.

III. CONCLUSÃO

Tendo o requerente atendido às preliminares exigências previstas na Resolução nº 3/2017-CONDIR/UFU para fins de promoção na carreira docente da classe de Professor Associado nível IV para a classe de Professor Titular referente ao

interstício de 01 de janeiro de 2022 a 01 de janeiro de 2024, parece-me que ele adquiriu o direito de submeter o seu memorial ou tese acadêmica inédita – ao seu alvedrio – à avaliação de uma **Comissão Especial**, como previsto na norma em destaque, a fim de concluir o processo de sua promoção para a classe pretendida.

À consideração superior.

Uberlândia (MG), 06 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Simone Silva Prudêncio

Relatora



Documento assinado eletronicamente por **Simone Silva Prudêncio, Membro de Comissão**, em 07/11/2023, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Magno Luiz Barbosa, Membro de Comissão**, em 07/11/2023, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edihermes Marques Coelho, Membro de Comissão**, em 08/11/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_organizacao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4945364** e o código CRC **6509FEA1**.

Referência: Processo nº 23117.073570/2023-10

SEI nº 4945364

2- Decisão Administrativa



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Conselho da Faculdade de Direito
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 3D - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP
38400-902
Telefone: - www.fadir.ufu.br



DECISÃO ADMINISTRATIVA CONFADIR Nº 95/2023

PROCESSO Nº 23117.060662/2023-21
REQUERENTE MARCO AURÉLIO NOGUEIRA
RELATOR(A): SIMONE SILVA PRUDÊNCIO

Assunto: Aprova pedido de promoção docente

Vistos, relatados e discutidos estes autos, o Conselho da Faculdade de Direito, em reunião plenária, ante as razões expostas pelo(a) Relator(a),

DECIDE

Aprovar o pedido **promoção docente** da **Classe D Associado Nível 4** para a **Classe E Titular** do servidor docente **Marco Aurélio Nogueira**, em regime de 40h, com doutorado, correspondente ao interstício compreendido de 01 de janeiro de 2022 a 01 de janeiro de 2024.

Determina-se que a Secretária da Faculdade de Direito encaminhe a presente decisão administrativa à PROGEP/DIPAD e ao(à) docente requerente.

Data da sessão: 07/11/2023 - ordinária - 10ª (décima) reunião de 2023 do CONFADIR.

Especificação de quórum: 11 (onze) votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção - aprovado por unanimidade o Parecer do Relator.

PROFª DRª LUCIANA ZACHARIAS GOMES FERREIRA COELHO
Diretora da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"
Portaria R UFU nº 4060/2022



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Zacharias Gomes Ferreira Coelho, Presidente**, em 07/11/2023, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4952781** e o código CRC **9EBA5580**.

Referência: Processo nº 23117.073570/2023-10

SEI nº 4952781

3- Disciplinas ministradas em 1993 a 2005

08/11/2023, 15:34

SEI/UFU - 4955388 - Declaração



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Diretoria da Faculdade de Direito
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3D, Sala 307 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4226 - diretoria@fadir.ufu.br - www.fadir.ufu.br



DECLARAÇÃO

Processo nº 23117.065588/2021-78

Interessado: Marco Aurelio Nogueira

A DIRETORA DA FACULDADE DE DIREITO "PROF. JACY DE ASSIS" DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 69, do Regimento Interno da UFU, DECLARA que o docente **Marco Aurélio Nogueira** ministrou, no ano de 1993 a disciplina de Direito Processual Penal; nos anos de 1994 a 2003 a disciplina de Direito Civil - Parte Geral; nos anos de 2004 a 2005 a disciplina de Introdução ao Estudo de Direito.

Por ser verdade seu conteúdo, firmo a presente.

PROFª DRª LUCIANA ZACHARIAS GOMES FERREIRA COELHO
Diretora da Faculdade de Direito "Prof. Jacy de Assis"
Portaria R. N° 4060/2022



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Zacharias Gomes Ferreira Coelho, Diretor(a)**, em 08/11/2023, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4955388** e o código CRC **5C64A404**.

Referência: Processo nº 23117.065588/2021-78

SEI nº 4955388

4 - Disciplinas ministradas de 2006 a 2023

		UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA 11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)				Data: 31/07/2023 Hora: 10:16					
Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023											
Lotação Oficial: Faculdade de Direito											
Docente: Marco Aurelio Nogueira											
Regime Jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 22/03/1993 Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Dt. de aposentadoria: Dt. de demissão: Jornada de trabalho: 40 Horas Dt. de desligamento:											
Matrícula Sisep: 1035167											
Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada			
Curso que ofertou: 0448EDCV - Curso de Especialização em Direito Civil											
2010 - Ano	CDC02	Fundamentos Constitucionais do Direito Privado e Hermenêutica Jurídica	V	45	0	20	20	20	Marco Aurelio Nogueira		
				CH neste Curso:				0	20	20	20
Curso que ofertou: 1.39.10.09 - Curso de Especialização em Direito Público											
2006 - Ano	EDP04	Direitos Fundamentais	I	9	0	30	30	30	Marco Aurelio Nogueira		
2009 - Ano	DPO15	Direitos Fundamentais	II	42	0	20	20	30	Marco Aurelio Nogueira		
2009 - Ano	DPO16	Trabalho de Conclusão de Curso	II	42	0	45	45	45	Rubens Vallecótes Alves Altamirando Pereira da Rocha Hilário de Oliveira Luiz Carlos Figueira de Melo Fabio Guedes de Paula Machado Marco Alexandre da Silva Pinto Carlos Jose Cordeiro Marco Aurelio Nogueira Shirlei Silmara de Freitas Melo Renata Rocha Guerra Alexandre Walcott Borges		
				CH neste Curso:				0	95	95	105
Curso que ofertou: 1.39.10.10 - Curso de Especialização em Direito da Administração Pública											
2011 - Ano	DAPS3	Atividade Financeira da Administração Pública	II	46	0	10	10	10	Marco Aurelio Nogueira		
Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.											
									Página: 1		

		UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA 11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)				Data: 31/07/2023 Hora: 10:16					
Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023											
Lotação Oficial: Faculdade de Direito											
Docente: Marco Aurelio Nogueira											
Regime Jurídico: Regime Jurídico Único Situação: Ativo Dt. de admissão: 22/03/1993 Cargo: PROFESSOR 3 GRAU Dt. de aposentadoria: Dt. de demissão: Jornada de trabalho: 40 Horas Dt. de desligamento:											
Matrícula Sisep: 1035167											
Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada			
Curso que ofertou: 1.39.10.11 - Curso de Especialização em Direito das Famílias											
2012 - Ano	DFA01	Adoção, Guarda e Medidas Socioeducativas	I	40	0	20	20	20	Marco Aurelio Nogueira		
2012 - Ano	DFA21	Trabalho de Conclusão de Curso	I	40	0	45	45	45	Fabio Guedes de Paula Machado Carlos Jose Cordeiro Marco Aurelio Nogueira Elaine Schmalz Ferreira Néia Flávia de Oliveira Guilherme Henrique Velesco Boyadjan Claudio Ferreira Frazini Alexandre Walcott Borges Kellia Pacheco Ferreira Cristiano Gomes de Brito Ricardo Padovani Plet Fernando Rodrigues Martins		
				CH neste Curso:				0	65	65	65
Curso que ofertou: 1158706N - Graduação em Administração: Bacharelado - Noturno											
2009 - 1º Semestre	DR168	Direito Empresarial 1	A	54	0	60	60	76	Marco Aurelio Nogueira		
2009 - 2º Semestre	DR168	Direito Empresarial 1	A	46	0	60	60	60	Marco Aurelio Nogueira		
2010 - 1º Semestre	DR168	Direito Empresarial 1	A	34	0	60	60	60	Marco Aurelio Nogueira		
Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.											
									Página: 2		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data 31/07/2023
Hora: 10:16

Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023

Lotação Oficial: Faculdade de Direito

Docente: Marco Aurelio Nogueira

Regime jurídico: Regime Jurídico Único

Situação: Alvo

DI de admissão: 22/03/1993

Cargo: PROFESSOR 3 GRAU

DI de aposentadoria:

Jornada de trabalho: 40 Horas

DI de desligamento:

Matrícula Sape: 1035167

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turno	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
					CH neste Curso:	0	180	180	196
Curso que ofertou: 1226648I - Graduação em Biotecnologia: Bacharelado - Integral									
2013 - 2º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	10	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2014 - 1º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	20	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 1º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	10	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 2º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	3	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 1º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	7	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 2º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	B	14	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2019 - 1º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	U	15	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2019 - 2º Semestre	GBT026	Inovação e Propriedade Industrial	U	13	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	240	240	268
Curso que ofertou: 14366MS - Graduação em Direito: Bacharelado - Matutino									
2015 - 1º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	26	0	30	30	60	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 2º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	30	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 1º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	30	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2020 - 2º Per. Esp.	GDR007	Direito Civil I	A	34	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2022 - 2º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	C	20	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	210	210	276

Curso que ofertou: 14366NA - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Página: 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data 31/07/2023
Hora: 10:16

Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023

Lotação Oficial: Faculdade de Direito

Docente: Marco Aurelio Nogueira

Regime jurídico: Regime Jurídico Único

Situação: Alvo

DI de admissão: 22/03/1993

Cargo: PROFESSOR 3 GRAU

DI de aposentadoria:

Jornada de trabalho: 40 Horas

DI de desligamento:

Matrícula Sape: 1035167

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turno	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
					CH neste Curso:	0	1440	1440	1560
Curso que ofertou: 14366NS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno									
2006 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	J	44	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2006 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	K	46	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2007 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	J	45	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2007 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	K	40	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2008 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	J	46	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2008 - Ano	DT504	Introdução ao Direito	K	42	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
2010 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	J	24	0	120	120	144	Marco Aurelio Nogueira
2010 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	K	52	0	120	120	144	Marco Aurelio Nogueira
2011 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	J	44	0	120	120	144	Marco Aurelio Nogueira
2011 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	K	30	0	120	120	144	Marco Aurelio Nogueira
2012 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	J	41	0	120	120	144	Marco Aurelio Nogueira
2012 - Ano	DT539	Direito Financeiro e Tributário	K	42	0	120	120	120	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	1440	1440	1560
Curso que ofertou: 14366NS - Graduação em Direito: Bacharelado - Noturno									
2013 - 2º Semestre	GDR007	Direito Civil I	J	48	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2014 - 1º Semestre	GDR007	Direito Civil I	J	43	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2014 - 2º Semestre	GDR007	Direito Civil I	J	39	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2014 - 2º Semestre	GDR017	Teoria Geral do Processo	J	40	0	60	60	72	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 1º Semestre	GDR007	Direito Civil I	J	43	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 1º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	28	0	30	30	60	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 2º Semestre	GDR007	Direito Civil I	J	42	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2015 - 2º Semestre	GDR056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	30	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Página: 4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data: 31/07/2023
Hora: 10:16

Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023

Localização Oficial: Faculdade de Direito

Docente: Marco Aurelio Nogueira

Regime Jurídico: Regime Jurídico Único

Matrícula Sispae: 1035167

Situação: Ativo

DI de admissão: 22/03/1993

Cargo: PROFESSOR 3 GRAU

DI de aposentadoria:

Jornada de trabalho: 40 Horas

DI de desligamento:

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2016 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	41	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 1º Semestre	GD8056	Direito Eleitoral e Partidário	OP	30	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	37	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2016 - 2º Semestre	GD8056	Direito Eleitoral e Partidário	J	45	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2018 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	43	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2018 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	33	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2019 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	41	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2019 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J	43	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2020 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J,J	0	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2020 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J1	35	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2020 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J1	18	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2020 - 2º Per. Esp.	GD8007	Direito Civil I	J	40	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2021 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J1	37	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2021 - 2º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J1	38	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2022 - 1º Semestre	GD8007	Direito Civil I	J1	40	0	90	90	108	Marco Aurelio Nogueira
2022 - 2º Semestre	FAD831101	Direito Civil I (Teoria Geral - LINDB, Pessoas e Bens)	J	44	0	60	60	72	Marco Aurelio Nogueira
2022 - 2º Semestre	GD8056	Direito Eleitoral e Partidário	C	10	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
2023 - 1º Semestre	FAD831101	Direito Civil I (Teoria Geral - LINDB, Pessoas e Bens)	J	39	0	60	60	72	Marco Aurelio Nogueira
2023 - 1º Semestre	GD8056	Direito Eleitoral e Partidário	J	30	0	30	30	36	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	1990	1990	2292

Curso que ofertou: 14438N - Graduação em Ciências Contábeis: Bacharelado - Noturno

2009 - 1º Semestre GCC003 Fundamentos de Direito C 46 0 60 60 76 Marco Aurelio Nogueira

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Página: 5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
11.02.03.80.01 Aulas Ministradas (por docente)

Data: 31/07/2023
Hora: 10:16

Aulas ministradas nos anos de 2006 a 2023

Localização Oficial: Faculdade de Direito

Docente: Marco Aurelio Nogueira

Regime Jurídico: Regime Jurídico Único

Matrícula Sispae: 1035167

Situação: Ativo

DI de admissão: 22/03/1993

Cargo: PROFESSOR 3 GRAU

DI de aposentadoria:

Jornada de trabalho: 40 Horas

DI de desligamento:

Período	Disciplina	Nome Disciplina	Turma	Nro Alunos	CH Prática	CH Teórica	CH Total	CH Ministrada	
2009 - 2º Semestre	GCC003	Fundamentos de Direito	C	42	0	60	60	74	Marco Aurelio Nogueira
2010 - 1º Semestre	GCC003	Fundamentos de Direito	C	46	0	60	60	60	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	180	180	210
Curso que ofertou: 32006012027M8 - Curso de Mestrado Acadêmico em Direito									
2010 - 2º Semestre	PD005F	Seminários em Constitucionalização do Direito Civil	D	14	0	15	15	18	Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	15	15	18
Curso que ofertou: 96831BEAD01 - Graduação em Administração a Distância: Bacharelado - Uberlândia									
2011 - 1º Semestre	GAA038	Direito Tributário e Comercial	A	11	0	120	120	144	Claudine Jordao de Carvalho Marco Aurelio Nogueira
					CH neste Curso:	0	120	120	144
					CH Total deste Docente:	0	4555	4555	5184

Observação: Nas turmas ministradas por mais de um docente estão sendo listados todos eles. O relatório não contém a informação da carga horária atribuída a cada docente separadamente.

Página: 6



“Um fim de mar colore os horizontes.”

Manoel de Barros